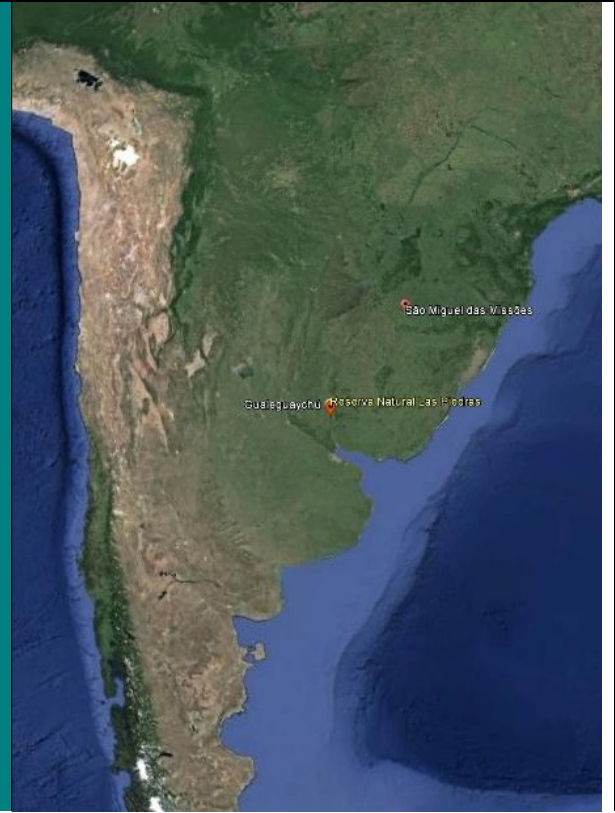


Crítérios de sustentabilidade nas áreas naturais e rurais visando ao desenvolvimento local e à aplicação de boas práticas no turismo



PROJETO DE FORTALECIMENTO DE REDES INTERUNIVERSITÁRIAS VII

Ministério da Educação da Nação, Argentina
Secretaria de Políticas Universitárias



Crêterios de sustentabilidade nas áreas naturais e rurais visando ao desenvolvimento local e   aplicação de boas práticas no turismo

Projeto selecionado no contexto da
Convocatória de Projetos de Fortalecimento de Redes Interuniversit rias VII

Ministério da Educação da Nação, Argentina
Secretaria de Políticas Universitárias
Programa de Promoção da Universidade Argentina

Universidades participantes:

Universidad del Salvador – USAL, Argentina

Universidad Aut noma de Entre Ríos - UADER, Sede Gualeguaychú, Argentina

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Brasil

Equipe de pesquisa

UNIVERSIDAD DEL SALVADOR – Argentina

Lic. Gustavo Márquez - Gerenciamiento do projeto

Mg. Claudia Toselli - Coordenação acad mica do projeto

UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ENTRE RÍOS – Argentina

Prof. Rosa Margarita Villanueva

Lic. Andrea María Takáts

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – Brasil

Dr. Paulo Roberto Cardoso da Silveira

Dra. Gisele Martins Guimarães

Dr. Vilson Flores dos Santos

Msc. Fernanda Elisa de Oliveira Venturini

Msc. Caroline Ciliane Ceretta

Crêterios de sustentabilidade nas áreas naturais e rurais visando ao desenvolvimento local e   aplicação de boas práticas no turismo

Compilação: Claudia Toselli

Revisão de conteúdo: Paulo Roberto Cardoso da Silveira

Tradução parcial em português: Laura Hang

Fotos de capa: Arquivos da Pesquisa, USAL, 2014. Arquivos da Pesquisa, NEPALS-UFSM, 2014.

Buenos Aires, Universidad del Salvador, 2015, 78 p.

AUTORIDADES UNIVERSIDAD DEL SALVADOR

Rector

Dr. Juan Alejandro Tobías

Vicerrectora Académica

Dra. Zulma Rosa Barada

Vicerrector Económico

Dr. Fernando Lucero Schmidt

Vicerrectorado de Formación

A/C Rector

Vicerrectora de Investigación y Desarrollo

Dra. Luciana Tondello

Secretaría General

Lic. Liliana Elizabeth Martínez, MBA

Facultad de Ciencias de la Administración

Lic. Héctor Dama MBA

Facultad de Medicina

Dr. Daniel Francisco Martínez

Facultad de Ciencias de la Educación y de la Comunicación Social

Lic. Máximo Paz

Facultad de Psicología y Psicopedagogía

Lic. Gabriela Renault

Facultad de Ciencias Económicas

Dr. Sergio García

Escuela de Agronomía

Ing. Agr. Sebastián Felgueras MBA

Facultad de Ciencias Jurídicas

Dr. Carlos Ignacio Salvadores de Arzuaga

Escuela de Arte y Arquitectura

Arq. Pablo Beitía

Facultad de Ciencias Sociales

Dra. Mariana Paola Colotta

Escuela de Diseño

Arq. Jorge Filippis

Facultad de Filosofía y Letras

Dr. Bernardo Jorge Nante

Escuela de Estudios Orientales

Lic. Carlos Rúa

Facultad de Historia, Geografía y Turismo

Prof. Pablo Maersk Nielsen

Escuela de Lenguas Modernas

Trad. Paula Ortíz, MBA

Facultad de Ingeniería

Ing. Marcelo Zanitti

Escuela de Veterinaria

Med.Vet. Paula Rafaelli, a/c Dirección

INDICE

1. Resumo do projeto	6
2. Descrição do projeto	7
2.1. Introdução.....	7
2.2. Objetivos do projeto	7
2.3. Fases e atividades do projeto	8
3. Metodologia aplicada à medição de critérios de sustentabilidade.....	11
4. Os estudos de caso selecionados na Argentina e no Brasil	17
4.1. Estudo de caso: Reserva Natural Las Piedras, Gualeguaychú, estado de Entre Ríos, Argentina.....	18
-Características gerais.....	18
-Características naturais e geomorfológicas da Reserva Natural Las Piedras	22
-Recursos culturais	25
-Desenvolvimento do ecoturismo na Reserva Natural Las Piedras	26
-Análise do caso Reserva Natural Las Piedras	27
-Aplicação dos critérios de sustentabilidade: Reserva Natural Las Piedras, Gualeguaychú, Argentina	30
4.2. Estudo de caso: São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil	37
-Apresentação do local de estudo.....	37
-O turismo no Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo.....	41
-Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	45
-Considerações Finais	50
-Aplicação dos critérios de sustentabilidade: São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul Brasil	51
5. Análise comparativa dos estudos de caso	58
6. Recomendações finais.....	65
6.1. Recomendações para a Reserva Natural Las Piedras	65
6.2. Recomendações para São Miguel das Missões.....	66
Anexo I – Reunião de pesquisadores da rede na Argentina	68
Bibliografia	73

1. Resumo do projeto

O projeto de pesquisa em rede “Critérios de sustentabilidade nas áreas naturais e rurais visando ao desenvolvimento local e à aplicação de boas práticas no turismo” foi selecionado no contexto da Convocatória de Projetos de Fortalecimento de Redes Interuniversitárias VII - 2013, no contexto do Programa de Promoção da Universidade Argentina, Secretaria de Políticas Universitárias do Ministério da Educação da Nação.

Dita convocatória de caráter nacional teve como objetivo promover a conformação e fortalecimento das redes entre as instituições universitárias argentinas e estrangeiras, além de facilitar o desenvolvimento e financiamento das atividades acadêmicas no contexto internacional e regional de cooperação, assim como gerar espaços de coordenação de políticas e estratégias de internalização para o sistema universitário, considerando a estratégia de inserção internacional da Argentina e sustentar o fortalecimento dos espaços já existentes.

É por isso que a conformação desta rede teve como interesse principal fortalecer atividades de pesquisa conjunta entre universidades no âmbito do Mercosul, naquelas áreas de interesse fundamentais, tanto para as instituições participantes quanto para o país; tais como: o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento local.

Neste contexto, o objetivo principal deste projeto tem sido consolidar um espaço interinstitucional de reflexão e pesquisa para a análise, debate e intercâmbio de experiências associadas à aplicação de instrumentos que possibilitem avaliar e medir a sustentabilidade-sociocultural e econômica em locais turísticos, especialmente localizados nas áreas naturais e rurais.

O projeto abrange as seguintes fases e atividades:

- 1ª Fase. Debate do marco teórico e instrumentos de aplicação.
- 2ª Fase. Reunião na Argentina dos pesquisadores participantes na rede.
- 3ª Fase. Debate de resultados e elaboração do documento final.
- 4ª Fase. Assinatura do Convênio de colaboração/cooperação entre as universidades integrantes da rede e difusão do projeto.

2. Descrição do projeto

2.1. Introdução

No século XX, o turismo tem representado uma conquista social de relevância, virando por um lado uma atividade de consumo de recursos naturais e culturais, que inevitavelmente produz impactos no âmbito econômico, social, cultural e ambiental; mas por outro, apresenta-se como uma oportunidade que têm as comunidades para restabelecer um diálogo com os recursos do seu território e para engajar-se com a necessidade da sua conservação e proteção, conjugando o cuidado dos valores ecológicos e culturais de uso público.

Quer dizer, os recursos naturais, econômicos, sociais e culturais de um destino turístico não vão resistir a uma expansão indefinida desta atividade. Contudo, a preservação dos mesmos é o que vai salientar um local turístico do outro; é isto o que vai contribuir com mais um valor. Em consequência, observa-se com maior frequência a necessidade de introduzir critérios de sustentabilidade para o desenvolvimento desta atividade, sendo que caso contrário, existe o risco de danificar ou até inclusive esgotar a própria base sobre a qual se sustenta.

Neste sentido, a Organização Mundial do Turismo (2011) estabelece que o turismo sustentável compromete três objetivos: a proteção ambiental, a coesão e a equidade, e a prosperidade econômica, levando em conta que os benefícios econômicos sejam equitativos, considerem-se as necessidades dos visitantes, do próprio setor turístico, o cuidado do meio ambiente e o respeito das comunidades receptoras.

Retomando o documento “O futuro que queremos”, elaborado em ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (PNUMA, 2012), insta os governos a que seja dado maior apoio às atividades de turismo sustentável e à criação de capacidades nesse sentido. Mesmo assim, no artigo 131, estabelece-se o estímulo dos investimentos no turismo sustentável, salientando a importância de estabelecer as diretrizes e os regulamentos apropriados segundo as leis de cada país.

Considerando este contexto surgem as seguintes questões:

¿De que forma é possível verificar que o turismo no seu destino/local se desenvolve sob os critérios de sustentabilidade nas suas três dimensões (ambiental, sociocultural e econômica)?

¿Quais as condições que tem que cumprir um projeto ou iniciativa de turismo para ser considerado sustentável e contribuir para uma qualidade de vida e para o desenvolvimento local de uma comunidade?

2.2. Objetivos do projeto

Com o intuito de fortalecer e firmar o conceito de turismo sustentável, entendendo como tal a prática de uma atividade que leve em consideração a proteção ambiental, a coesão e a equidade social, a prosperidade econômica e a distribuição equitativa dos benefícios das comunidades nas quais se desenvolve, e com base no Relatório das Nações Unidas “O futuro que queremos” (2012), os princípios estabelecidos no Plano Federal Estratégico de Turismo

Sustentável do Ministério de Turismo, Argentina (atualização em 2011), assim como no Plano Argentina Inovadora 2020 (setores Ambiente e Desenvolvimento sustentável e Desenvolvimento social), os objetivos do presente projetos são:

- *Objetivo geral*

- Consolidar um espaço interinstitucional de reflexão e pesquisa para a análise, debate e intercâmbio de experiências relacionadas com a aplicação de critérios e instrumentos que possibilitem avaliar/medir a sustentabilidade nos destinos turísticos, e/ou projetos e iniciativas de turismo, implementados especialmente nas áreas naturais e rurais

- *Objetivos específicos*

- Fortalecer e complementar as capacidades das universidades participantes com relação ao estudo e à aplicação de critérios de desenvolvimento sustentável orientados ao turismo, potencializando conhecimentos e saberes em um âmbito de cooperação regional /bilateral no contexto do Mercosul.

- Produzir novas contribuições no campo do turismo sustentável para que possam ser transferidos aos territórios de influência das universidades que conformam a rede, e neste sentido contribuir com o desenvolvimento local, aos processos de inovação produtiva e à difusão de boas práticas no dito setor.

2.3. Fases e atividades do projeto

Para operacionalizar os objetivos colocados, o projeto abrange as seguintes fases e atividades, as quais se detalham a seguir.

-1ª Fase. Debate do marco teórico e instrumentos de aplicação

- Levantamento de fontes secundárias para reforçar o marco teórico-conceitual do projeto.

- Revisão e consenso de critérios e/ou instrumentos de sustentabilidade para avaliar/medir experiências de desenvolvimento turístico nas áreas naturais ou rurais.

- Identificação e seleção de experiências de desenvolvimento turístico que se implementam nos âmbitos naturais e/ou rurais em Gualeguaychú, Entre Ríos (Argentina), e em Santa Maria, Rio Grande do Sul (Brasil) para a análise e debate dos pesquisadores integrantes da rede.

-2ª Fase. Reunião na Argentina dos pesquisadores participantes na rede

Esta reunião consistiu em vários encontros de trabalho e debate entre os pesquisadores com relação ao tema de estudo, visitas de campo, contato com atores locais e apresentação do

projeto à comunidade, atividades que aconteceram de 13 a 17 de outubro de 2014, desenvolvidas na cidade de Gualeguaychú e na Cidade de Buenos Aires, respectivamente (Vide Anexo I – Reunião de pesquisadores da rede na Argentina).

Nesta fase, também se iniciou a elaboração de um relatório preliminar, o qual se concretiza no presente documento.

É preciso salientar que no decorrer desta fase, o projeto foi declarado de interesse municipal Portaria Nro. 2133/2014 pela Prefeitura de Gualeguaychú.

-3ª Fase. Debate de resultados e elaboração do documento final

Esta fase consistiu na redação, ajuste e revisão de um documento que incluiu:

- O debate dos resultados atingidos em função dos objetivos estabelecidos no projeto.
- Elaboração de recomendações e novas contribuições sobre critérios de sustentabilidade como contribuição aos processos de inovação produtiva, a difusão de boas práticas e o desenvolvimento local de um território.
- Desenvolvimento de conclusões e acordos de perspectivas de trabalho a futuro entre as universidades participantes da rede.
- Elaboração do informe final para publicação consensuado pelas três universidades associadas.

-4ª Fase. Assinatura do Convênio de colaboração/cooperação entre as universidades integrantes da rede e difusão do projeto

- Redigiram-se os modelos do convênio entre as três universidades participantes, tanto modelos de convênios gerais, como específicos.

Figura 1 - Localização das universidades participantes da rede no contexto do MERCOSUL



Fonte: Elaborado com base Google Earth, 2014.

3. Metodologia aplicada à medição de critérios de sustentabilidade

Para operacionalizar os objetivos propostos, a equipe de pesquisa conformado pelas três universidades da rede, depois de intercambiar e debater a respeito de diversos instrumentos, convencionou tomar como ferramenta de avaliação os **Critérios Globais para destinos turísticos** que difunde o **Concelho Global de Turismo Sustentável**.

O Concelho Global de Turismo Sustentável – ou Global Sustainable Tourism Council (GSTC) siglas em inglês – é uma iniciativa internacional para o estabelecimento e gestão das normas para o turismo sustentável. O mesmo está conformado por um conjunto de empresas, instituições acadêmicas, organismos de governo e outros especialistas. No contexto deste organismo tem se consensuado e elaborado um instrumento que levou em consideração os indicadores de desenvolvimento sustentável que difunde a Organização Mundial do Turismo (OMT), e a partir do mesmo se estabelecem as bases que o turismo deve seguir para obter um enfoque sustentável.

Estes critérios estão orientados a descrever um conjunto de passos mínimos necessários de aplicação para promover a sustentabilidade nos destinos turísticos. Os mesmos constituem um documento base onde cada local turístico pode acrescentar ou ajustar novos parâmetros conforme as suas características. São os princípios e diretrizes fundamentais para proteger e conservar os recursos naturais e culturais próprios; garantindo ao mesmo tempo, que o turismo atinja o seu potencial como ferramenta para a conservação e o enfraquecimento da pobreza.

A sustentabilidade é um objetivo para todos os agentes envolvidos no desenvolvimento do turismo e estes critérios possibilitam produzir ações concretas. Em consequência, os linhamentos que se desenvolvem a seguir foram planejados para dar um guia para avaliar o cumprimento dos **Critérios Globais de Turismo Sustentável de Destinos (GSTC-D)**. Os mesmos não são definitivos nem exaustivos. Sua finalidade é proporcionar uma linha de base para que cada local possa aplicá-los ou desenvolver os seus próprios critérios e indicadores.

Ditos Critérios Globais vêm sendo freqüentemente atualizados e disponibilizados para a consulta pública a fim de que exista um consenso e acordo em nível global sobre os aspectos que possibilitam medir a sustentabilidade nos destinos turísticos.

A equipe de pesquisa em rede utilizou nos estudos de casos escolhidos na Argentina e no Brasil, a versão dos Critérios Globais correspondentes a novembro de 2013.

Estes critérios dividem-se em quatro seções ou blocos. Um primeiro bloco que analisa a **gestão do local**. Um segundo bloco que faz referência a análise **dos benefícios sociais e econômicos**. Um terceiro bloco que analisa a **contribuição do turismo ao patrimônio cultural**. E finalmente, um quarto bloco que analisa a **contribuição do turismo ao cuidado do meio ambiente**.

O detalhamento dos Critérios Globais que se consideraram para o estudo dos casos escolhidos se desenvolve na Tabela 1.

Tabela 1 - Critérios Globais para destinos turísticos

SEÇÃO A: Demonstrar uma gestão sustentável eficaz

A1 – Estratégia de Turismo

O destino tem um plano de gerenciamento que considera aspectos ambientais, econômicos, sociais, de patrimônio cultural, de segurança, de desenvolvimento do turismo.

A2 – Organização da gestão do turismo

O destino possui um organismo, grupo ou comitê responsável de oferecer um enfoque coordenado para o desenvolvimento do turismo sustentável, com participação de diferentes setores. Conta com financiamento e pessoal adequado em relação à sua escala.

A3 – Monitoramento

O destino possui um sistema para monitorar, informar publicamente e responder aos aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais, e turísticos.

A4 – Gestão da estacionalidade turística

O destino aplica métodos para atenuar os impactos do turismo e o lazer em épocas de maior afluência turística ou em épocas de maior uso por parte da população local (primavera, verão, férias,...).

A5 – Adaptação à mudança climatológica

O destino possui um sistema para identificar desafios e oportunidades associados à mudança climatológica. Este sistema incentiva estratégias de adaptação à mudança climatológica para o desenvolvimento, localização, planejamento e gestão de instalações de turismo.

A6 – Inventário do patrimônio natural e cultural existente

O local possui um inventário público e atualizado do seu patrimônio natural e cultural.

A7 – Aplicação de Estudos de Impacto Ambiental

O local responde à aplicação de estudos de avaliação de impacto ambiental (EIA), nos processos públicos e participativos.

A8 – Acesso para todos

O local, seus serviços e infraestruturas estão preparados para o acesso de pessoas com deficiências.

A9 – Aquisições de propriedade

Aplicam-se leis e regulamentos sobre aquisições de propriedade. Consideram-se os direitos de comunidades e indígenas e não se autoriza a realocação sem o consentimento e /ou compensação completa.

A10 – Satisfação do turista

O local possui um sistema para monitorar, informar publicamente e se for necessário tomar providência para melhorar a satisfação do turista.

A11 – Normas de sustentabilidade

O destino possui um sistema para promover as normativas de sustentabilidade conformes com os critérios do Concelho Global de Turismo Sustentável para as Empresas Turísticas.

O destino põe a disposição do público uma relação de certificação de sustentabilidade ou empresas verificadas.

A12 – Segurança

O destino implementou um sistema de segurança integral (crime, segurança, saúde, etc.).

A13 – Preparação e resposta para crise e emergências

O destino possui um plano de resposta de crise e emergência apropriado. O mesmo se comunica aos residentes, turistas e empresas vinculadas ao turismo. O plano estabelece procedimentos e o provimento de recursos e capacitação para o pessoal, visitantes e residentes, atualizando-se regularmente.

A14 – Promoção

A promoção é precisa, autêntica e adequada a respeito dos objetivos do local.

SEÇÃO B: Otimizar os benefícios sociais e econômicos para a comunidade local e atenuar os impactos negativos

B1 – Monitoramento econômico

Existe um seguimento dos ingressos gerados pelos visitantes e os egressos econômicos do local.

B2- Oportunidades locais de trabalho/emprego

As empresas do destino garantem uma igualdade de oportunidades de emprego capacitação, segurança ocupacional e salários justos para todos.

B3 – Participação da comunidade

O destino possui um sistema que possibilita aos interessados participar de forma contínua no planejamento relacionado com o turismo e com a tomada de decisões.

B4 – Opinião da comunidade local

As aspirações, preocupações e satisfação com o turismo dos residentes são monitoradas de forma regular, cadastradas e compartilhadas publicamente.

B5 – Acesso Local

O destino protege, monitora, resguarda o acesso dos residentes locais aos locais naturais e culturais.

B6 – Sensibilização turística e educação

O local possui um programa para sensibilizar e educar sobre a importância da sustentabilidade.

B7 – Prevenção da exploração

O destino possui um sistema definido e práticas estabelecidas para evitar a exploração e assédio comercial, sexual ou qualquer outra forma, particularmente das crianças, adolescentes, mulheres e minorias. As leis e as práticas estabelecidas são difundidas publicamente.

B8 – Apoio à comunidade local

O local incentiva as empresas, visitantes ou público para contribuir com doações para iniciativas de conservação da biodiversidade e/ou desenvolvimento de infraestrutura comunitária.

B9 – Apoio a empresários locais e de comércio justo

O destino possui um sistema que rité às pequenas e médias empresas locais, a promoção e desenvolvimento de produtos sustentáveis locais e os princípios de comércio justo que se baseiam na natureza e na cultura da área. Este pode incluir alimentos e bebidas, artesanatos, artes dramáticas, produtos agrícolas, etc.

SEÇÃO C: Otimizar os benefícios às comunidades, aos visitantes e ao patrimônio cultural e atenuar os impactos negativos

C1 – Proteção dos locais atrativos

O destino possui uma política e um sistema de avaliação, reabilitação e conservação de locais naturais e culturais, incluindo o patrimônio construído (histórico e arqueológico) e as paisagens rurais e urbanas.

C2 – Gerenciamento de visitantes

O destino possui um sistema de gestão de visitantes para os locais de atração, que inclui medidas para preservar, proteger e melhorar os seus bens naturais e culturais.

C3 - Comportamento do visitante

O destino tem regramentos disponíveis publicamente a respeito do comportamento adequado dos visitantes em locais vulneráveis. Estes linhamentos estão sendo feitos para atenuar os impactos adversos nos locais vulneráveis e impulsionar condutas positivas por parte dos visitantes.

C4 - Proteção do patrimônio cultural

O destino possui leis que protegem a venda ou o comércio e/ou a exibição de objetos históricos e/ou arqueológicos.

C5 – Interpretação do local

Oferece-se informação e interpretação aos visitantes a respeito dos locais naturais e culturais. A informação é comunicada em várias línguas.

C6 - Propriedade intelectual

O destino possui um sistema que protege a propriedade intelectual dos indivíduos e as suas comunidades.

SEÇÃO D: Otimizar os benefícios para o meio ambiente e atenuar os impactos negativos

D1 - Riscos ambientais

O destino tem identificado riscos ambientais e possui um sistema para preveni-los.

D2 – Proteção de vizinhanças sensíveis

O destino possui um sistema para monitorar o impacto do turismo em vizinhanças sensíveis, proteger habitats, espécies e ecossistema; e prevenir o ingresso de espécies invasivas.

D3 – Proteção da vida selvagem

O destino possui um sistema para garantir o cumprimento das leis locais, nacionais, e internacionais e as normas para a captura, exibição e venda de espécies de vida selvagem (incluindo plantas e animais).

D4 - Emissões de gases de efeito estufa

O destino possui um sistema para incentivar as empresas e serviços relacionados com o turismo a medir, monitorar, informar e atenuar as suas emissões de gases de efeito estufa.

D5 – Conservação da energia

O destino possui um sistema para promover a medição, monitoramento, redução do consumo de energia, assim como de informação pública do consumo da mesma, e redução da dependência de combustíveis fósseis.

D6 – Gestão da água

O destino possui um sistema para promover a medição, monitoramento, redução do consumo de água, assim como da informação pública do consumo da mesma.

D7 - Fornecimento de água encanada

O destino possui um sistema para controlar os seus recursos de água para assegurar que o uso para o turismo é compatível com as exigências da comunidade de destino.

D8 – Qualidade da água

O destino possui um sistema para monitorar a qualidade da água para o consumo e o lazer. Os resultados de monitoramento se encontram disponíveis publicamente, e o destino possui um sistema para responder de forma oportuna aos problemas de qualidade da água.

D9 - Águas residuais

O destino possui diretrizes claras e obrigatórias para a instalação, manutenção e provas de descarga de tanques sépticos e sistemas de tratamento de águas residuais, e verifica que os resíduos são tratados adequadamente, reutilizados ou liberados de forma segura com um mínimo efeito adverso para a população local e o meio ambiente.

D10 – Redução dos resíduos sólidos

O destino possui um sistema para garantir que os resíduos sólidos se reduzam, reutilizem e reciclem. Qualquer lixo sólido residual que não se reutilizar ou se reciclar é disposto de forma segura e sustentável.

D11 - Poluição lumínica e acústica

O destino possui diretrizes e normas para atenuar o ruído e a poluição visual. O destino incentiva as empresas relacionadas com o turismo a seguir estas normas e diretrizes.

D12 - Transporte de baixo impacto

O destino possui um sistema para aumentar o uso do transporte de baixo impacto, incluído o transporte coletivo e o transporte ativo (por exemplo, caminhar, andar de bicicleta).

Fonte: GSTC - Global Sustainable Tourism Council, 2013.

4. Os estudos de caso selecionados na Argentina e no Brasil

Os locais selecionados como estudo de caso na Argentina e no Brasil foram respectivamente:

-Reserva Natural Las Piedras, Gualeguaychú, província de Entre Ríos.

-São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil.

É preciso salientar que estes locais foram escolhidos pelas universidades participantes por se encontrarem próximos da área de influência das mesmas, com o intuito de realizar estudos de situação e contribuir com certas recomendações aos órgãos de gestão dos ditos locais, tendo como base os critérios globais para o desenvolvimento sustentável, como forma de contribuição e transferência dos conhecimentos da universidade para a comunidade.

4.1. Estudo de caso: Reserva Natural Las Piedras, Gualeguaychú, estado de Entre Ríos, Argentina¹

-Características gerais

A Reserva Natural Las Piedras se localiza aproximadamente 18 quilômetros da cidade de Gualeguaychú, estado de Entre Ríos.

É a primeira área natural protegida do Departamento Gualeguaychú e uma das mais antigas do estado.

Figura 2 - Localização de Gualeguaychú, Entre Ríos, Argentina

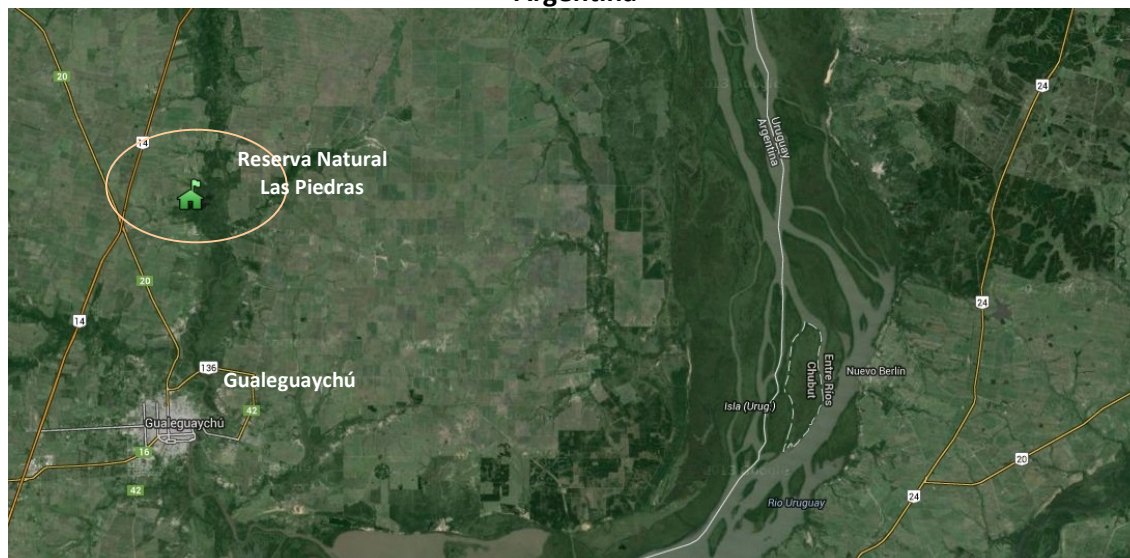


Fonte: Elaborado com base Google Earth, 2014.

O setor Leste é limitado pelo rio Gualeguaychú, a Oeste ao longo da estrada de terra que leva ao lugar, o Norte por terra pertencente ao Instituto Agrotécnico, e o Sul campos do setor privado. As coordenadas são 32º 29 'Lat. S. e 58º 40 'Long. O. (Rodriguez, 1999).

¹ Elaborado pelas professoras Andrea Takáts (UADER), Claudia Toselli (USAL) y Rosa Villanueva (UADER).

Figura 3 - Localização Reserva Natural Las Piedras, Gualeguaychú, Entre Ríos, Argentina



Fonte: Elaborado com base a Google Earth, 2014.

Em 1989 o estado concedeu 312 hectares à prefeitura conforme a Lei N° 8.151, a qual dividiu o espaço em três parcelas, uma para reserva natural, outra para o Autódromo Municipal e outra para o Instituto Agrotécnico para pesquisa agrícola segundo as Portarias N°8.899/89 e 9.396/90.

Em 26 de junho de 1995, por Portaria N°10.112/95, criou-se a área natural protegida para a qual se destinaram 57 hectares. Em 2008 se acrescentaram mais 85 hectares do ex-Autódromo por Portaria N°11.171.

Na dita Reserva Natural (Direção de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2014) são no total, 142 hectares sob proteção.

O estado de Entre Ríos organiza o Sistema Estadual de Áreas Protegidas partindo da Lei N° 8.967 sancionada em 1995. A áreas naturais protegidas podem ser privadas, estaduais ou municipais, precisando-se de uma lei para a sua declaração como tal (Secretaria de Ambiente de Entre Ríos, 2014).

Segundo o artigo 2 de dita lei, entende-se por área natural protegida "todo espaço físico que sendo de interesse científico, educacional e cultural pelas suas belezas paisagísticas e as suas riquezas de fauna e flora autóctone, são alvo de especial proteção e conservação, limitando-se a livre intervenção humana com o propósito de garantir a perpetuação da existência dos elementos naturais".

Segundo o modo de gerenciamento, as áreas naturais protegidas se classificam como: Parque Natural, Monumento Natural, Reserva Natural gerenciada ou Santuário de flora e fauna, Paisagem protegida e Reserva de uso múltiplo. Em nível estadual, a categoria dada a esta área é a de Paisagem Protegida, definida como "aquelas áreas naturais ou modificadas, que apresentam uma vista atrativa, aproveitadas pelo homem para lazer e turismo (cotas

dos rios, de estradas, áreas periurbanas) ou aquelas paisagens que por serem resultado da interação do homem e da natureza refletem manifestações culturais específicas.”

O órgão de aplicação é a Direção Geral de Recursos Naturais, dependente do Ministério da Produção. Atualmente, a Reserva Natural Las Piedras depende da Direção de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura Gualaguaychú.

O local se encontra sob a supervisão de um responsável que mora no local desde 1996 e encarrega-se das tarefas de cuidado, manutenção e das atividades de educação ambiental na Reserva.

Os objetivos gerais da Reserva Natural são os seguintes (Direção de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2014):

- Preservar o patrimônio natural e histórico-cultural existente no prédio.
- Conservar a biodiversidade dos ecossistemas da área.
- Promover ações educacionais, como caminhadas de interpretação na natureza e jogos dinâmicos e interativos para favorecer a conservação espécies, reduzindo ao mínimo a poluição ambiental.
- Impulsionar uma mudança de atitude na comunidade com o intuito de construir um futuro que garanta uma melhor qualidade de vida, sem continuar deteriorando o ambiente.
- Conservar os humedais da região, os seus bens e os seus serviços
- Desenvolver o turismo sustentável na reserva.
- Levar em andamento capacitações teórico-práticas.
- Promover as pesquisas sobre fauna, flora, ecoturismo, etc., e o monitoramento de espécies.
- Difundir o local através de materiais gráficos, Internet, meios audiovisuais e televisivos, exposições e férias.

Figura 4 - Ingresso Reserva Natural Las Piedras e vista do rio Gualaguaychú



Fonte: Fotos Rivollier, R.; disponíveis em <http://laspiedrasgchu.blogspot.com.ar/>

As tarefas desenvolvidas a partir da Direção e Desenvolvimento Sustentável neste local estão relacionadas com a conservação da biodiversidade e do patrimônio histórico-cultural do prédio, educação ambiental (visitas gratuitas) e acompanhamento a pesquisadores de variadas instituições públicas e privadas.

As atividades propostas pela Direção de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Gualeguaychú, em um prazo médio, na Reserva Natural Las Piedras são:

- Retomar o plano de gerenciamento participativo, com base no realizado em 2003 no contexto do Plan Estratégico Gualeguaychú.
- Determinar a capacidade de carga.
- Registrar de forma sistemática o inventário das espécies de flora e fauna e de bens culturais e arquitetônicos da reserva.
- Realizar um controle de espécies forâneas.
- Implementar o Centro de interpretação da natureza e de capacitação, SUM (salão de usos múltiplos) e sanitários.
- Elaborar material de difusão específico.
- Oferecer cursinhos de capacitação teórico-práticos na reserva e criar um canto de leitura específica.
- Colocar sinalização para os caminhos autoguiados e delimitar novas trilhas e espaços de lazer.
- Facilitar o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.
- Desenvolver conteúdos em inglês e português no blog da reserva.
- Implementar maiores controles sobre a caça e pesca furtiva e a extração de madeira.
- Difundir as normativas vigentes e recuperar setores de valor biológico relevante da margem do rio Gualeguaychú e das margens do arroio Las Piedras.
- Constituir um Corredor Verde que integre a Reserva com as outras reservas naturais públicas e privadas da área.

Outros antecedentes em relação a esta área natural remonta-se de 2003, no contexto do Plano Estratégico Gualeguaychú, sessenta prestadores locais, direta e indiretamente vinculados ao turismo, trabalharam na definição das metas de desenvolvimento do setor e das estratégias, programas e ações, através da ativa participação no Eixo de turismo, o qual contava com o seguimento de profissionais do turismo do IMAE – Instituto de Meio Ambiente e Ecologia da Universidad del Salvador.

A maioria votou pelo desenvolvimento do turismo natural em Gualeguaychú. Baseado nisto, ministraram-se capacitações específicas, e um amplo e diverso grupo de vizinhos trabalhou no Plano de gerenciamento participativo da Reserva Natural Las Piedras, contando com o apoio da Direção de Recursos Naturais do Estado (Plano Estratégico Gualeguaychú, 2003). Embora o mesmo não fosse implementado na prática, existe um interesse atual em retomá-lo, tanto da Direção de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Gualeguaychú,

encarregada da Reserva, quanto do sociocomunitário através de várias ONGs e da Universidad Autónoma de Entre Ríos, quem vêm trabalhando de forma articulada.

-Características naturais e geomorfológicas da Reserva Natural Las Piedras

A superfície que integra a Reserva Natural Las Piedras é relativamente plana, com uma altura média de 22 metros sobre o nível do mar, e a lógica depressão nos arredores dos dois humedais associados à mesma como são o rio Gualeguaychú e o arroio La Piedras (Galli, com. pers.).

Segundo a classificação em ordens dos solos realizadas por Tasi, H. (1981), a área sul do estado de Entre Ríos, onde se localiza a Reserva Natural Las Piedras, possui o tipo “vertisols”. Os mesmos se caracterizam por serem ricos em nutrientes, terem alto conteúdo de argila, cor negra obscura e com tendência a se dilatar ou contrair pela ação da humidade, o que possibilita vê-los falhados em períodos secos (citado por Rodriguez,1999).

O rio Gualeguaychú contorna a Reserva Natural Las Piedras no seu limite Leste. Este rio nasce no Departamento Colón, na Lomada Grande, e corre para o Sul, com um leito sinuoso. A sua longitude é de 268 quilômetros. Possui numerosos afluentes como o arroio La Piedras, que atravessa a área de estudo no sentido Leste-Oeste, e outros como El Sauce, La Capilla, Santa Rosa, Gená, e Gualayán. O seu vazão depende, em grande parte, das precipitações, da altura do rio Uruguay, na qual desemboca, e dos ventos vindos do Sudeste que fazem crescer notadamente o seu nível. Nas grandes vazantes a Reserva se vê afetada pelas enchentes ocasionadas pelo rio Gualeguaychú e o arroio La Piedras. A bacia do rio Gualeguaychú tem uma superfície de 6.981,9 km² (Direção de Hidráulica, 2014).

Figura 5 - Vista do rio Gualeguaychú, Reserva Natural Las Piedras



Fonte: Arquivos da Pesquisa, USAL, 2014.

O clima correspondente à área de estudo é do tipo templado-cálido, com precipitações de 1.100 mm anuais. As temperaturas médias máximas são de 23°C e as médias mínimas de 9°C (Erize, 1993).

A Reserva se localiza na eco região Pampeana, primeira região natural mais transformada do país (Chebez, 2005).

Apresenta exemplares representativos das outras duas eco regiões que se estendem sobre o estado de Entre Ríos, como são o Delta e Ilhas do Paraná e o Uruguay e o Espinal.

Os ecossistemas são o pastizal, o capinzal a selva em galeria e o monte xerófilo, totalizando mais de 200 espécies de flora (Galli; com. pers.).

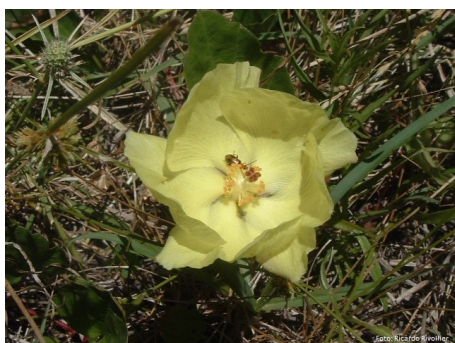
Figura 6 – Selva em galeria e espinhos da Reserva Natural Las Piedras



Fonte: Fotos Rivollier, R.; disponíveis em <http://laspiedrasgchu.blogspot.com.ar/>

A área de estudo possui um núcleo de 50 hectares, caracterizado por apresentar a maior densidade de vegetação, sobre a margem direita do rio Gualeguaychú e a margem do arroio Las Piedras, com a presença de selva em galeria (Rodríguez, 1999).

Figura 7 – Flora nativa





Espécies esquerda à direita: Flor de seda (*Portulaca cryptopetala*), cactácea (*Opuntia salagria*), Azucenita de río (*Zephyranthes candida*), Flor de Santa Lúcia grande (*Commelina erecta*). Fotos: Rivollier, R., disponíveis em <http://laspiedrasgchu.blogspot.com.ar/>

Estas áreas de contrastes cênicos, oferecem abrigo e sustento a uma variedade de espécies da fauna local, destacando-se a presença de algumas delas que estão sendo ameaçadas ou que não são comuns para a área, o que salienta a sua importância como unidade de conservação.

As espécies mais numerosas resultam os insetos, batrácios (particularmente em épocas de chuvas) e as aves. Quanto à avifauna superam as cem espécies (Galli, com. pers.).

Figura 8 – Aves nativas e insetos



Espécies esquerda à direita: Martim-pescador-pequeno (*Chloroceryle americana*), João de Barro (*Furnarius rufus*). Percevejos (*Dysdercus* sp.), e Lagarta verde da borboleta da Família Sphingidae (*Manduca sexta*).

Fotos: Rivollier, R., disponíveis em <http://laspiedrasgchu.blogspot.com.ar/>

-Recursos culturais

Na Reserva se encontraram pontas de flechas dos povos indígenas que frequentaram a área, especialmente os Yaros, as quais se conservam no Museu Arqueológico Manuel Almeida da cidade de Gualeguaychú (Almeida, com. pers.).

Estes grupos foram massacrados por expedições punitórias, em meados do Século XVIII, surgindo no cenário grandes terratenentes que adquiriram o domínio desta parte sul da mesopotâmia; localizando-se nos arredores dos cursos d'água outros moradores que ganham o título de colonizadores, com o propósito de assegurar-se o fornecimento da madeira das ribeiras e a consequente supervivência, fincando-se as famílias que deram origem a Gualeguaychú (Sarrot, 1993).

No início do Século XIX acontecem sucessivas correntes migratórias de crioulos e colonos europeus, dedicados essencialmente à pecuária. No final do dito século e no começo do século XX se observa uma importante colonização de origem européia, a qual diversifica a produção agrícola, além de tecnificar a exploração pecuária e florestal. Ao longo do século XX se sucedem diversas crises populacionais vinculadas com fatos negativos de caráter econômico e ecológico, produzindo-se uma forte emigração do campo às cidades (Secretaria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Nação, 2007).

Contudo, conservam-se antigos prédios de fazenda, correspondentes à casa principal, aos galpões de tosquia e oficinas de princípios do século XX, às que se acrescentam moradias, laboratório, galpões de coleta e gerador da época da colônia, em meados do mesmo século. Os proprietários destas terras foram Esteban Justo García de Zúñiga, Francisco Pradere e Bartolomé Vasallo (Galli, com. pers.).

Atualmente, as moradias são utilizadas pelos responsáveis da Reserva Natural Las Piedras e como espaço de experimentação agrícola do Instituto Agrotécnico. São circundadas por um parque de gigantes eucalyptus (*Eucalyptus spp.*), acompanhados de outras espécies exóticas.

Figura 9 - Antigos prédios Reserva Natural Las Piedras



Fonte: Arquivos da Pesquisa, USAL, 2014.

-Desenvolvimento do ecoturismo na Reserva Natural Las Piedras

Os visitantes que chegam à Reserva Natural Las Piedras têm como motivação principal a prática de atividades como as trilhas, avistagem de aves, a fotografia, a canoagem pelo rio Gualaguaychú, as visitas educativas e as pesquisas científicas.

A maioria dos visitantes são da cidade de Gualaguaychú e de outras cidades entrerrianas próximas, seguido das provenientes da Cidade Autônoma de Buenos Aires, localizada a 240 quilômetros da cidade de Gualaguaychú pela rodovia, e os estados de Buenos Aires, Tucumán e Córdoba. Também chegaram turistas internacionais provenientes da Inglaterra e da Suécia. As visitas se sucedem ao longo do ano (Galli; com. pers.).

Os grupos de visitantes estão conformados por escolares de diferentes níveis, famílias, ecoturistas, observadores de aves e pesquisadores de distintas universidades argentinas e instituições de pesquisa especializadas. Até o momento não existe um cadastro de visitantes na área.

As visitas guiadas e o ingresso à Reserva Natural Las Piedras é gratuito, embora se considere a possibilidade de cobrar um ingresso diferencial para visitantes locais, nacionais ou estrangeiros, a fim de se investir na área. A forma de contato é através do telefone celular do encarregado. O local não possui conexão de Internet.

É preciso esclarecer que a educação ambiental no estado de Entre Ríos atravessa todos os níveis e modalidades educacionais, através do Programa de Educação Ambiental da Direção de Planejamento Educacional do Conselho Geral de Educação (CGE, 2010), promovendo a visita de diferentes níveis de estudantes à Reserva Natural Las Piedras.

O desenvolvimento do ecoturismo ou turismo da natureza é o principal atrativo do local. Operadores turísticos locais oferecem o produto do ecoturismo na Reserva Natural. Os mesmos possuem um web site onde se difunde a sua oferta através do site do Conselho Misto Gualaguaychú Turismo e também através do Ministério de Turismo de Entre Ríos.

A duração das visitas interpretativas da natureza é de aproximadamente de duas a quatro horas caminhando por trilhas delimitadas, fazendo avistagem de aves. Os guias são especializados, muitos deles vaqueanos, sendo que outros são formados como Intérpretes Naturistas por Aves Argentinas ou são Técnicos em Turismo da UADER, alguns deles dominam línguas estrangeiras como inglês e português. O serviço é oferecido o ano todo para grupos reduzidos.

O local possui cartazes informativos no cruzamento da Estrada Estadual 20 e o caminho de acesso, assim como no ingresso da mesma. O caminho conduz até as moradias e outros prédios, o resto dos percursos se realizam a pé por trilhas delimitadas que percorrem diversos ambientes, chegando até o arroio Las Pedras e ao rio Gualaguaychú. O regresso se faz por um caminho contornado de eucalyptus (*Eucalyptus* spp.).

Desde o Município de Gualaguaychú está se adaptando um prédio já existente para equipá-lo com sanitários, salão de usos múltiplos com cozinha e sala de jantar. Nesse local vai funcionar o Centro de Interpretação e Capacitação, fornecido com o equipamento necessário.

A informação geral da Reserva Natural Las Piedras se difunde através dos blogs criados pela Direção de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, assim como através dos web sites

oficiais da Prefeitura de Gualeguaychú e do Concelho Misto Gualeguaychú Turismo, e no Facebook da Direção de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Também através das mídias como rádios, jornais e programas de televisão locais, os guias de áreas naturais protegidas, férias de comercialização e outras classes de eventos, os pontos de informação turística de Gualeguaychú e as áreas do governo estadual.

-O turismo nos arredores da Reserva Natural Las Piedras

Nas proximidades da Reserva se localizam dois campings – balneários, Fiorini e Los Pinos – os quais oferecem serviços que podem considerarse complementários aos educacionais e de lazer oferecidos pela Reserva Natural Las Piedras. Contudo, existe uma hospedagem rural e uma estância de águas termais, próximos.

A 18 quilômetros de Gualeguaychú está o vizinho Pueblo Belgrano; possuem uma infraestrutura, equipamento e serviços turísticos complementares à oferta de educação ambiental e ecoturismo oferecidas pela Reserva Natural Las Piedras.

Gualeguaychú é a terceira cidade em importância no estado de Entre Ríos e localiza-se no ponto de interseção dos eixos principais Norte-Sul (São Paulo, Brasil- Assunção, Paraguai- Buenos Aires, Argentina) e Leste - Oeste (Montevideu, Uruguai - Santiago, Chile) que vinculam as capitais do Cone Sul. Deve-se considerar também a direta relação com a hidrovía Uruguai-Paraná-Paraguai, a sua proximidade com o cordão industrial La Plata - Buenos Aires - Rosario e a particularidade de ser cidade de fronteira, a 33 quilômetros da República Oriental do Uruguai. As pontes General San Martín e Victoria-Rosario junto da Rodovia Mesopotâmica facilitam o acesso fluente de turistas e visitantes.

-Análise do caso Reserva Natural Las Piedras

-Fortalezas e Fraquezas

Como principais fortalezas da Reserva Natural Las Piedras podem mencionar:

- Quantidade e variedade de espécies de flora e fauna autóctones que possui a área protegida.
- Presença de humedais, capinzais, selva em galeria e bosques nativos com um elevado valor de conservação.
- Conservação do patrimônio natural, histórico e arquitetônico de princípios do século XX.
- Referência legal de criação desde o ano 1989.
- Recursos humanos capacitados e dedicados ao gerenciamento da reserva.
- Atividades de conservação, educação ambiental, ecoturismo e pesquisa.
- Difusão da reserva através de blogs e web sites oficiais, e da participação em diversas férias e jornadas de capacitação.
- Proximidade do prédio com a cidade de Gualeguaychú e outros pontos com adequado nível de equipamento e serviços para visitantes e turistas.

No entanto, as principais fraquezas percebidas da Reserva Natural Las Piedras são:

- Ausência de um plano de gerenciamento participativo da reserva.
- Falta de determinação da capacidade de carga da reserva.
- Inexistência de um registro sistematizado ao longo do tempo, do inventário das espécies de flora e fauna.
- Ausência do registro de bens culturais e arquitetônicos da reserva.
- Construções deterioradas pela falta de investimento e manutenção.
- Falta de uma adequada infraestrutura viária de acesso e de comunicações.
- Ausência de equipamento de apoio aos visitantes.
- Falta de sinalização para os percursos autoguiados.
- Carência de material de referência sobre a reserva.
- Falta de folhetos e web site oficial em inglês e outras línguas.
- Limitada pesquisa de mercados.
- Falta de planejamento em longo prazo.
- Recursos humanos insuficientes para a manutenção e controle da reserva.
- Presença de caça e pesca furtiva e extração de madeira.
- Cercos perimetrais precários que possibilitam o ingresso de animais domésticos.

-Oportunidades e Ameaças

As principais oportunidades relacionadas com a Reserva Natural Las Piedras são:

- Importantes canais de participação comunitária, especialmente em questões ambientais.
- Interesse dos setores científico e acadêmico em estudar os problemas associados à conservação de ecossistemas e espécies.
- Universidades localizadas nas proximidades da reserva com cursos vinculados com a conservação e o turismo sustentável.
- Oferta de capacitação em interpretação da natureza.
- Crescente demanda do produto ecoturismo, através de atividades de interpretação de flora e fauna autóctones.
- Maior consciência sobre a importância da conservação do patrimônio cultural e natural.
- Crescente número de publicações científicas e turísticas sobre flora e fauna nativa.
- Incremento do número de observadores de aves nacionais e estrangeiros.
- Crescente tendência de viagens de curta duração, favorecendo os destinos localizados a pouca distância dos grandes centros emissores.
- Aumento das viagens da primeira, terceira e quarta idade.

- Aumento do tempo livre, desejo de um maior contato com a natureza e grande interesse pelos aspectos culturais.
- A busca de maior participação na realização de atividades tais como o contato com a natureza ou atividades de interpretação.
- Diversidade de atrativos nos arredores, por exemplo, termas, praias e carnaval.
- Existência de áreas protegidas naturais e áreas próximas com gerenciamento sustentável, tanto estatais como privadas, que produziram um impacto na Reserva Natural Las Piedras com a criação do Corredor Verde.
- Órgãos de níveis internacionais, nacionais, estaduais, municipais e mistos, para promover a conservação de ambientes e espécies e acrescentar o desenvolvimento da atividade turística através de uma política de integração regional.
- Importante grau de associatividade e aproximação entre o estado e os particulares para realizar atividades conjuntas como capacitação, monitoramento de espécies, difusão através de férias e eventos.
- Existência de uma legislação nacional, estadual e municipal que dão um enquadramento normativo para a conservação e o desenvolvimento da atividade turística e ecoturística.
- Existência de uma variedade de projetos vinculados com a conservação, a educação ambiental e o ecoturismo.

Entre as ameaças se identificaram as seguintes:

- Efeito ilha que sofre a Reserva como resultado dos avanços da agricultura, a urbanização e a industrialização.
- Perda progressiva de habitats e biodiversidade.
- Crescente degradação dos ambientes naturais.
- Crescente volume de lixo associado à atividade humana, onde se encontra dificuldades para o seu adequado tratamento.
- Escasso conhecimento dos valores culturais locais e da riqueza natural da população local.
- Dependência do Carnaval de Gualeguaychú para atrair o turismo.
- Potenciais efeitos negativos de períodos de instabilidade política, econômica do país que afetam o poder aquisitivo da demanda.
- Influência das condições climatológicas adversas associadas com a mudança.

-Aplicação dos critérios de sustentabilidade: Reserva Natural Las Piedras, Gualeguaychú, Argentina

SEÇÃO A: Demonstrar uma gestão sustentável eficaz

A1 - Estratégia de Turismo

A Reserva Natural Las Piedras possui um plano de gerenciamento participativo feito em 2003 no contexto do Plano Estratégico Gualeguaychú. O mesmo foi realizado de forma participativa, contando com representantes do governo municipal, ONGs vinculadas ao meio ambiente, docentes e estudantes.

Apesar da sua elaboração, o mesmo nunca foi implementado, e também não, atualizado até o momento. O mesmo se encontra disponível para a consulta pública e existe um interesse das autoridades locais, da Universidad Autónoma de Entre Ríos, de ONGs locais e vizinhos de retomar o plano de gerenciamento de forma participativa.

A2 - Organização da gestão do turismo

A Direção de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura de Gualeguaychú tem ao seu cargo a gestão do local, e entre as suas responsabilidades se encontra o desenvolvimento do turismo e o lazer sustentável, manifestado publicamente através do site oficial.

A Direção de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável possui um financiamento municipal para dar conta das despesas do pessoal afetado, neste caso um responsável encarregado da Reserva Natural Las Piedras, e um veículo e gasolina. Contudo, ao orçamento se acrescenta a construção de sanitários, um salão de usos múltiplos e um centro de interpretação, atualmente em execução.

Mesmo assim, a partir de 2012, se está levando em andamento um programa de valorização do patrimônio natural e cultural e do ecoturismo junto com a Universidad Autónoma de Entre Ríos por meio da Faculdade de Ciências da Gestão. A partir de 2013 se integraram as duas outras Faculdades sediadas em Gualeguaychú, a Faculdade de Ciência e Tecnologia e a Faculdade de Humanidades, Arte e Ciências Sociais, junto com a Coordenação do Reitorado Gualeguaychú.

A3 - Monitoramento

A Reserva Natural Las Piedras não possui um monitoramento sistematizado em relação aos diferentes aspectos (ambientais, econômicos, sociais, culturais, turísticos y humanos), contudo se realiza um trabalho de observação e levantamento, cujos resultados são informados através de um blog.

A4 - Gestão da estacionalidade turística

O local não aplica métodos para atenuar os impactos do turismo e o lazer em épocas de maior afluência turística ou de maior uso por parte da população local. A afluência de visitantes que recepciona o local ainda é escassa, sendo que consiste em

aproximadamente 60 a 100 visitantes por mês durante o período escolar.

A5 – Adaptação à mudança climatológica

O local é muito incipiente no seu desenvolvimento, em consequência não possui um sistema para incentivar estratégias de adaptação à mudança climatológica na perspectiva que indicam os Critérios Globais para a Sustentabilidade em Destinos.

A6 - Inventário do patrimônio natural e cultural existente

Não existe um inventário sistematizado do patrimônio natural nem cultural existente no local. No entanto há algumas pesquisas, registros e publicações relacionadas com a flora e fauna. Até o momento não se realizaram nenhuma classe de avaliação dos mesmos considerando a perspectiva turística.

A7 - Aplicação de Estudos de Impacto Ambiental

O local não responde a nenhum estudo de avaliação do impacto ambiental (EIA). Embora, em nível municipal, Gualeguaychú tem uma normativa específica sobre a EIA (Portaria Nº11217/2009), a mesma se aplica ao ejido urbano, no entanto a reserva fica fora deste ejido.

A8 - Acesso para todos

A Reserva Natural Las Piedras não está preparada para receber pessoas com deficiências. Contudo está se refazendo um espaço que possui o local para que se transforme em um Centro de Interpretação, salão de usos múltiplos com cozinha, sala de jantar e sanitários para cadeiras de rodas.

A Direção de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável manifestou o seu interesse perante o Concelho Misto de Turismo e a UADER- Faculdade de Ciências da Gestão – Gualeguaychú, ambos implementadores do Programa de Acessibilidade do Ministério de Turismo da Nação e do Estado, para fazer um trecho da reserva com trilhas acessíveis, folhetos para pessoas cegas e em implementar um programa de educação ambiental para pessoas com deficiência auditiva e de fala. Atualmente, a Direção de Integração e Discapacidade Municipal está procurando passar a informação disponível ao sistema Braille.

A9 - Aquisições de propriedade

Este critério não se aplica já que na área não há comunidades indígenas.

A10 - Satisfação do turista

O local não possui um sistema para monitorar a satisfação do turista/visitante.

A11 - Normas de sustentabilidade

Este critério não se aplica sendo que o local tem um desenvolvimento incipiente como para promover normativas de sustentabilidade de forma integral.

A12 - Segurança

A respeito do tema segurança na Reserva Natural, é preciso salientar que um responsável da mesma reside de forma permanente, encarregando-se especialmente de cuidar o local

do ingresso de caçadores furtivos.

A13 – Preparação e resposta para crise e emergências

No caso de crise ou emergências (ex. enchentes, incêndios, poluição, tempestades, etc.), a Reserva Natural não possui um plano de ação específico nem recursos destinados para estas questões.

A14 - Promoção

A promoção da Reserva Natural Las Piedras se faz através de dois blogs criados pela Direção de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura de Gualeguaychú.

A informação difundida por estes web sites refere a aspectos históricos vinculados com a criação deste espaço, localização, serviços que oferece e principais espécies da flora e da fauna. Além disso, existe uma difusão do local através de materiais gráficos, meios audiovisuais, televisivos, exposições e férias.

SEÇÃO B: Otimizar os benefícios sociais e econômicos para a comunidade local e atenuar os impactos negativos

B1 – Monitoramento econômico

Não se cobra ingresso à Reserva Natural e também não se oferecem serviços dentro do local que signifiquem despesas por parte dos visitantes. Neste sentido não existe um seguimento sobre as despesas feitas pelos visitantes.

Também não existe um seguimento a respeito dos custos de manutenção.

B2- Oportunidades locais de trabalho/emprego

Não existe normativa alguma para a geração de emprego neste local em particular.

A reserva gera emprego para uma pessoa que é o responsável encarregado da mesma. Embora possa se considerar que os guias e serviços de traslado (carros, lanchas, caiaques e vans) que chegam ao local, podem gerar alguma classe de emprego.

B3 – Participação da comunidade

Não existe um sistema para a participação dos poderes públicos, privados e da comunidade no planejamento do local.

Em 2003, no contexto do Plano Estratégico Gualeguaychú, a maioria votou pelo desenvolvimento do turismo natural ou ecoturismo em Gualeguaychú. Baseado nisto, um grupo de vizinhos trabalhou no Plano de gerenciamento participativo da Reserva Natural Las Piedras, contando com o apoio da Direção de Recursos Naturais do Estado. Embora o mesmo não fosse implementado na prática, existe um interesse atual em retomá-lo, tanto da Prefeitura quanto de várias ONGs e da Universidad Autónoma de Entre Ríos, quem vêm trabalhando de forma articulada.

B4 – Opinião da comunidade local

Até o momento não se tem implementado nenhuma classe de consulta ou sondagem de

opinião da comunidade com relação ao desenvolvimento do turismo e /ou lazer na Reserva Natural.

B5 - Acesso Local

A respeito do acesso ao local por parte da comunidade local, o mesmo é livre e gratuito.

B6 – Sensibilização turística e educação

O local possui um programa para sensibilizar e educar sobre a importância da sustentabilidade. O programa se desenvolve in situ, a cargo do responsável da Reserva Natural, visando a que os participantes tomem consciência da importância de preservar o patrimônio natural e histórico-cultural, conservar a biodiversidade dos ecossistemas da área e reduzir ao mínimo a poluição. Promovem-se ações educacionais, como trilhas de interpretação na natureza e jogos dinâmicos e interativos. Procura-se impulsionar uma mudança de atitude nos visitantes em relação ao cuidado do meio ambiente.

A maioria dos visitantes são estudantes do primeiro grau, do segundo grau e do nível superior, acompanhados por seus docentes, da cidade de Gualeguaychú e arredores.

Além disso, realizam-se capacitações teórico-práticas relacionadas com a interpretação da flora e da fauna. As mesmas são ministradas por especialistas provenientes, na sua maioria, da Cidade de Buenos Aires. O público participante é composto por estudantes do curso de Intérprete da Natureza, ministrada pela ONG Aves Argentinas/Associação Ornitológica del Plata através de um convênio com a Prefeitura de Gualeguaychú. Os assistentes são docentes, prestadores de serviços turísticos, educadores ambientais, paisagistas, estudantes de gestão ambiental, etc., da cidade de Gualeguaychú e de outros lugares do estado de Entre Ríos e Buenos Aires.

Também o local é difundido através de materiais gráficos, Internet, meios audiovisuais e televisivos, exposições e férias, com o intuito de promover sensibilização a respeito da biodiversidade existente no local.

B7 – Prevenção da exploração

Este critério não tem cabimento já que o desenvolvimento do local como destino turístico é incipiente.

B8 – Apoio à comunidade local

Este critério não tem cabimento.

B9 - Apoio a empresários locais e de comércio justo

Este critério não tem cabimento.

SEÇÃO C: Otimizar os benefícios às comunidades, aos visitantes e ao patrimônio cultural e atenuar os impactos negativos

C1 – Proteção dos locais atrativos

O destino não possui um sistema de cadastro e conservação dos locais naturais e culturais, incluindo o patrimônio construído (histórico e/ou arqueológico).

C2 – Gerenciamento de visitantes

Também não possui um sistema de gestão de visitantes para preservar, proteger e melhorar os seus bens naturais e culturais.

C3 – Comportamento do visitante

No lugar, através da comunicação pessoal do responsável da reserva, comunicam-se os linhamentos para o comportamento dos visitantes dentro da área visitada.

C4 – Proteção do patrimônio cultural

Este critério não tem cabimento sendo que no local não predominam recursos do patrimônio cultural.

C5 – Interpretação do local

Durante a visita guiada todos os visitantes recebem informação sobre os atrativos naturais e culturais do local. Também se procura que os participantes possam experimentar um contato com a natureza diferente, através dos diferentes sentidos.

A língua utilizada é o espanhol, no entanto os guias especializados dominam o inglês e português.

C6 – Propriedade intelectual

Este critério não tem cabimento.

SEÇÃO D: Otimizar os benefícios para o meio ambiente e atenuar os impactos negativos

D1 - Riscos ambientais

O local tem identificado riscos ambientais como a caça e pesca furtiva, extração de madeira, presença de animais domésticos, espécies invasoras e enchentes.

A prevenção é dada, principalmente, pela ação do encarregado da reserva natural, com presença permanente no local.

D2 – Proteção de vizinhanças sensíveis

O destino não possui um sistema para monitorar o impacto do turismo em vizinhanças sensíveis, nem para proteger habitats, espécies e ecossistema; assim como também não para prevenir o ingresso de espécies invasivas. É preciso esclarecer que se recebem turmas de 40 estudantes no máximo, que realizam a visita interpretativa pelas trilhas delimitadas, acompanhados pelo responsável da reserva. A duração da mesma é de aproximadamente duas horas. Os fotógrafos e observadores de aves realizam as visitas sem a companhia do responsável da reserva, constituindo grupos pequenos de não mais de três pessoas.

D3 – Proteção da vida selvagem

O destino não possui um sistema para garantir o cumprimento das leis locais, nacionais e internacionais nem para as normas para a captura, exibição e venda de espécies de vida

selvagem (incluindo plantas e animais).

A ação do encarregado da reserva que se encontra ali de forma permanente, resulta fundamental para que, caso for necessário, solicite colaboração para estes temas à Prefeitura de Gualaguaychú, as forças de segurança e à Direção de Fiscalização Agroalimentar de Entre Ríos.

D4 - Emissões de gases de efeito estufa

O destino não possui um sistema para incentivar as empresas e serviços relacionados com o turismo a medir, monitorar, informar e atenuar as suas emissões de gases de efeito estufa.

D5 – Conservação da energia

O destino não possui um sistema para promover a medição, monitoramento, redução do consumo de energia, assim como de informação pública do consumo da mesma, e redução da dependência de combustíveis fósseis.

De qualquer forma, note-se que visitas guiadas se realizam durante o dia, sem consumo de eletricidade e caminhando por trilhas (não se usa meios de locomoção na Reserva).

D6 – Gestão da água

O destino não possui um sistema para promover a medição, monitoramento, redução do consumo de água, assim como da informação pública do consumo da mesma. No entanto, os visitantes não fazem uso da água no prédio, já que não possui serviços para o visitante.

D7 - Fornecimento de água encanada

O destino não possui um sistema para controlar os seus recursos de água para assegurar que o uso para o turismo é compatível com as exigências de pessoas que residem na reserva. A água encanada consumida no local corresponde ao uso que o responsável e a sua família fazem.

D8 – Qualidade da água

O destino não possui um sistema para monitorar a qualidade da água para o consumo e o lazer.

D9 - Águas residuais

O destino não possui diretrizes para a instalação, manutenção e provas de descarga de tanques sépticos e sistemas de tratamento de águas residuais. Mas neste caso isso não é necessário, desde que o lugar só tem uma moradia para a residência do responsável da Reserva.

A Prefeitura de Gualaguaychú está adequando um prédio existente para dotá-lo de sanitários para o público e sanitários acessíveis, SUM (salão de usos múltiplos com cozinha e sala de jantar) e Centro de Interpretação e Capacitação. Os sanitários serão dotados de biofiltros com a finalidade de dar cumprimento à Portaria municipal Nº 11.531/10, que estabelece que todos os empreendimentos costeiros dentro do ejido devem possuir um sistema de tratamentos de efluentes ecológicos ou estarem

conectados à rede de esgotos municipal.

Embora a reserva se encontre localizada fora do ejido, por ser de propriedade municipal se considera necessário dar cumprimento a normativa. Além disso, a Direção de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável municipal procura que este sistema de tratamento seja um modelo de estudo, incluído nas visitas guiadas.

D10 – Redução dos resíduos sólidos

Os únicos resíduos sólidos do local são os correspondentes à moradia do encarregado, quem os reduz, reutiliza ou recicla. Alguns são trasladados pelo mesmo encarregado até o prédio de higiene urbana municipal.

A reserva não possui um sistema de coleta de lixo. A Prefeitura de Gualeguaychú possui um Ecoparque Gualeguaychú, com planta de reciclagem, desde o mês de outubro de 2014. Durante as visitas se sugere aos turistas não botar o lixo no local e levá-los consigo toda vez que se retirarem do local.

D11 - Poluição lumínica e acústica

O destino não possui diretrizes e normas para atenuar o ruído e a poluição visual. De qualquer forma, o local não apresenta nenhuma destas situações até o momento.

Não se incentiva entre os prestadores turísticos que oferecem serviços no local a observar aspectos de poluição lumínica e/ou acústica. Os prestadores turísticos que oferecem serviços no local não realizam atividades que produzem ruído ou poluição lumínica.

D12 - Transporte de baixo impacto

O destino não possui um sistema para aumentar o uso do transporte de baixo impacto, incluído o transporte coletivo e o transporte ativo.

A maioria dos visitantes chega de veículo próprio dada a distância da cidade (18 km) e os grupos acostumam chegar de ônibus ou de van. A navegação pelo rio se realiza habitualmente com embarcações de motor. Contudo, salienta-se que a visita dentro do prédio (in situ) se realiza a pé, e alguns visitantes acedem ao rio de caiaque.

4.2. Estudo de caso: São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil²

As atividades realizadas pela UFSM, sob a responsabilidade do Núcleo Interdisciplinar em Extensão e Pesquisa sobre Alimentação e Sociedade – NEPALS permitiram análises exploratórias sobre o turismo na região das Missões - RS, enfocando a mobilização dos elementos do patrimônio cultural material e imaterial como instrumentos de atração turística, tendo como cenário principal de análise o Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo, localizado no município rural de São Miguel das Missões – RS³.

A região missioneira, como é denominada no Rio Grande do Sul, tem como atração turística seu legado histórico e cultural, representado pela ocupação do território pelos nativos guaranis e padres jesuítas espanhóis aqui chegados para afirmar a fé cristã, segundo os mandamentos da igreja católica. Além disso, a região é conhecida também pelo seu papel artístico cultural, com expressividade na música regionalista, através da poesia, compositores e intérpretes de reconhecimento nacional.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, o território do atual Rio Grande do Sul foi palco de acirrada disputa entre as Coroas de Espanha e de Portugal. Os espanhóis, segundo o Tratado de Tordesilhas (1494), eram proprietários da região e tentaram garantir sua posse por meio da conversão das populações nativas ao catolicismo, através de “missões”, enquanto os portugueses faziam incursões esporádicas em busca de minas de ouro e de prata.

A partir destas missões catequizadoras houve um período de expressivas manifestações culturais a partir da pintura, escultura, arquitetura e trabalho em cerâmica, utilizados pelos jesuítas como meio de catequização dos nativos.

Desta forma, floresceram com rara qualidade e beleza todo um patrimônio artístico cultural, transplantando para a América do Sul algumas aspirações utópicas do Iluminismo europeu, cujos vestígios comprovam o elevado apuro do trabalho desenvolvido pelos nativos e religiosos.

Estes atributos fazem da região missioneira um dos destinos turísticos mais visitados do Rio Grande do Sul, tendo como principal atrativo o Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, localizado no município de São Miguel.

-Apresentação do local de estudo

O município de São Miguel das Missões localiza-se na região Noroeste do Estado Rio Grande do Sul, Brasil, com aproximadamente 1.229,843 km² em área total. Possui uma população estimada em 2013 de 7.698 habitantes.

² Elaborado pelos professores Paulo Roberto Cardoso da Silveira, Gisele Martins Guimarães, Vilson Flores dos Santos, Fernanda Elisa de Oliveira Venturini (UFSM, NEPALS).

³ O município de São Miguel das Missões integra os chamados **Sete Povos das Missões**, denominação que se deu ao conjunto de sete aldeamentos nativos fundados pelos Jesuítas espanhóis no Continente do Rio Grande de São Pedro (Brasil Colônia) atual Estado do Rio Grande do Sul. Os demais seis povoamentos são os atuais municípios de São Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo; além dos sítios arqueológicos de São Lourenço e São João Batista.

Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído por sete distritos: São Miguel das Missões, Campestre, Coimbra, Mato Grande, Rincão dos Moraes, São João das Missões e São José, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013).

Figura 10 - Localização de município de São Miguel onde se encontra o sítio arqueológico



Fonte: <http://www.rotamissoes.com.br>, 2006.

Em São Miguel das Missões localiza-se o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, onde estão localizadas as ruínas jesuíticas da antiga redução de mesmo nome, as quais foram declaradas Patrimônio Mundial Cultural e Natural pela UNESCO em 1983 pelo seu legado cultural artístico material e imaterial. O Sítio é aberto a visitas todos os dias.

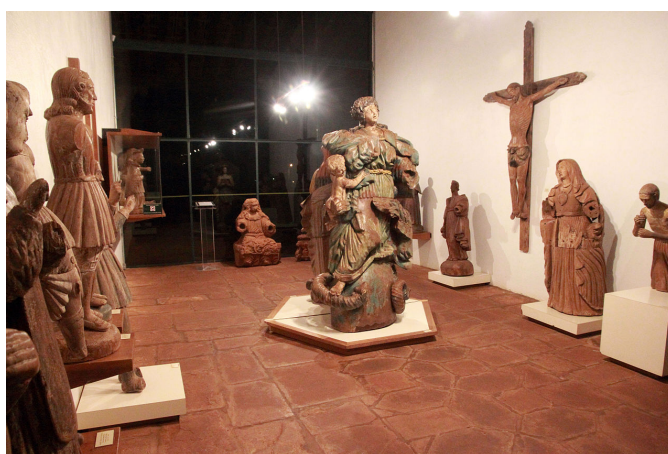
Esta experiência turística é caracterizada como rural, pois o sítio situa-se fora do perímetro urbano de São Miguel das Missões e é cercado de áreas destinadas à produção agrícola, o que acentua a característica de um ambiente rural. De outra forma, o sítio arqueológico por sua característica de proteção ao patrimônio material visando sua preservação encontra-se em interação com o ambiente natural, o qual o turista tem acesso em sua visita ao sítio (áreas com árvores nativas característica da região e pastagens naturais), o qual assume papel cênico relevante no espetáculo “som e luz” apresentado a noite aos visitantes.

As Missões Jesuíticas - Guaraní são definidas como um sistema de bens culturais transfronteiriços em território do Brasil, Argentina e Paraguai, compondo-se de um conjunto de remanescentes dos povoados implantados em área originalmente ocupada por nativos, durante o processo de evangelização promovido pela Companhia de Jesus nas colônias da Coroa Espanhola na América, durante os séculos XVII e XVIII (IPHAN, 2014). Este patrimônio representa importante testemunho da ocupação do território e das relações culturais que se estabeleceram entre os povos nativos, na maioria da etnia Guaraní, e missionários jesuítas europeus.

O sítio arqueológico de São Miguel das Missões é um dos conjuntos históricos mais importantes situados em terras brasileiras. Em 1937, o arquiteto Lucio Costa foi enviado ao Rio Grande do Sul para analisar os remanescentes das Missões e a visita resultou no seu tombamento, pelo IPHAN⁴, em 1938.

No sítio arqueológico de São Miguel também se encontra o *Museu das Missões* fundado a partir de estudos de Lucio Costa. O Museu reúne peças elaboradas pelos nativos Guarani no período das reduções. São exemplares talhados em madeira como réplicas de anjos, padres, índios, animais domésticos que eram utilizados para ornamentar as igrejas das reduções e outras que eram carregadas para Portugal em tempos de Brasil colônia.

Figura 11 - Parte do acervo artístico do Museu de São Miguel das Missões – RS/BR



Fonte: Arquivos da Pesquisa, NEPALS-UFSM, 2014.

Os vestígios materiais existentes no sítio, como o corpo principal da igreja, campanário e sacristia, partes das construções conventuais, fundações e bases das habitações indígenas, praça, horto, canalizações pluviais, objetos sacros, etc., permitem expressar esse singular modelo de ocupação territorial permeado pela interação e troca cultural entre os povos nativos e os missionários europeus.

Por sua importância histórica e cultural, São Miguel das Missões é considerado um dos destinos turísticos mais importantes do país, recebendo grande quantidade de turistas de todo o Mercosul, com destaque para grupos escolares e de universitários. Este destino turístico faz parte de um circuito composto por vinte e seis municípios da região missioneira, organizados em um consórcio regional⁵.

⁴ IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao Ministério da Cultura do Brasil.

⁵ Esta informação foi obtida junto a entrevistas realizadas junto aos técnicos do IPHAM e da Secretaria Municipal de Turismo de São Miguel das Missões realizada pela equipe de pesquisadores do NEPALS em agosto de 2014.

Figura 12 - Visão lateral das Ruínas da Redução Jesuítica de São Miguel Arcanjo



Fonte: Arquivos da Pesquisa, NEPALS-UFSM, 2014.

-O Presente Missioneiro

Atualmente, os vestígios mais importantes das Reduções Jesuíticas encontram-se no estado do Rio Grande do Sul, na província argentina de Misiones e nos departamentos paraguaios de Itapúa e Misiones. O conjunto patrimonial das Missões encontra-se distribuído da seguinte forma: sete povos ou reduções no noroeste do Rio Grande do Sul; quinze na província argentina de Misiones; e oito nos departamentos paraguaios de Itapúa e Misiones. Do conjunto reducional são declarados pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade os sítios arqueológicos de São Miguel Arcanjo (Brasil); San Ignacio Miní, Nuestra Señora de Loreto, Santa Ana e Santa Maria la Mayor (Argentina); Jesus de Tavarangue e La Santísima Trinidad del Paraná (Paraguai).

-São Miguel: a Capital dos Sete Povos e o Projeto Missões

Em 1989, a UNESCO apresenta em sua reunião anual em Paris o chamamento Internacional em favor das Missões Jesuítico-Guarani, conclamando os estados membros a uma ação cooperativa no sentido de apoiar a preservação e a valorização deste patrimônio.

É sobre esta base histórica, social e política que o Sitio Arqueológico de São Miguel Arcanjo é declarado pela UNESCO (1983), Patrimônio da Humanidade, se constituindo como produto turístico de grande significado no MERCOSUL, sendo então considerado de fundamental importância para o desenvolvimento e a integração regional, uma vez que a cultura possui destacado papel nas aproximações políticas, sociais e econômicas.

Neste momento, o governo do Rio Grande do Sul cria uma comissão permanente e uma comissão de representantes que reúne varias Secretarias de Estado, cujas ações estariam vinculadas a região e ao objetivo traçado de “difundir o fato histórico cultural missioneiro”. Para tanto, criam-se comissões que devem pensar políticas em quatro áreas prioritárias: área educacional, área bibliográfica, área de museologia, e área turística.

Assim, São Miguel das Missões assume notoriedade, recebendo anualmente um público aproximado de sessenta mil turistas por ano, vindos de todo o Brasil e alguns países da América do Sul e em número mais reduzido de outros continentes. Este público compõem-se de delegações de escolas, universidades e pessoas que buscam informações sobre a história das Missões Jesuíticas, atraídos pela religiosidade simbolicamente presente nas ruínas.

Foi através do *Projeto Missões* que após algum tempo de abandono deste patrimônio histórico-cultural inicia-se a preservação e a organização deste espaço como destino turístico. O turismo neste contexto foi pensado em função da potencialidade econômica que os recursos materiais e imateriais presentes nesta experiência poderiam proporcionar aos empreendimentos locais. Mas ainda percebe-se como incipiente o turismo como atividade econômica.

-O turismo no Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo

As visitas ao sítio fazem parte da rota turística da região missioneira e possui três atrativos turísticos principais: *as Ruínas de São Miguel Arcanjo*, o *Museu das Missões* fundado a partir de estudos de Lucio Costa e o *Espetáculo Som e Luz* que retrata a saga missioneira e nos remete a uma reflexão profunda quando de sua execução. A seguir a descrição dos atrativos.

- *A Igreja de São Miguel*

Em estilo barroco, foi construída pelo arquiteto italiano Gian Batista Primoli, a partir de 1735. Estruturada em pedra arenito era pintada de branco e tinha seus espaços interiores ornamentados por pinturas e esculturas de madeira policromada. A Igreja de São Miguel possuía uma rica e colorida ornamentação interna, integrada por entalhes, pinturas e esculturas com motivos sacros.

Ao longo dos anos, a igreja foi alvo de saques e da ação de aventureiros que, em busca do tesouro dos jesuítas, retiraram muitos materiais para uso em outras construções. Em 1886, os telhados ruíram e o pórtico desabou. O longo período de abandono levou ao crescimento de grandes árvores no interior da Igreja.

Figura 13 - Equipe de pesquisa em frente às Ruínas da Igreja de São Miguel



Fonte: Arquivos da Pesquisa, NEPAL-UFMS, 2014.

- *Museu das Missões*

A criação do museu foi uma das primeiras iniciativas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN.

Em 1937 foi criado o IPHAN e, no mesmo ano, o arquiteto Lucio Costa foi enviado ao Rio Grande do Sul para analisar os remanescentes dos Sete Povos das Missões e propor providências. Uma de suas propostas foi criar um museu para abrigar a estatuária missioneira dispersa pela região.

Em 1938, os remanescentes do povoado de São Miguel e o prédio do museu foram tombados como Patrimônio Nacional e, em 1940, o Museu das Missões foi oficialmente criado.

Figura 14 - Fachada de entrada do Museu Missões



Fonte: Arquivos da Pesquisa, NEPALS-UFSM, 2014.

- *O Espetáculo som e luz*

Um dos principais atrativos, composto por um conjunto de luzes que iluminam as ruínas a partir de uma narrativa composta por trilha sonora, a qual conta a saga missioneira, com destaque para a bravura indígena e a história sociopolítica de formação do território missioneiro.

A narrativa tem a Igreja de São Miguel como palco, contando a história das Missões através das duas testemunhas que permanecem no local: a Igreja e a Terra. O espetáculo acontece todos os dias e inicia ao anoitecer, buscando reproduzir como atrativo turístico o sentimento histórico da região.

- *Atrações Turísticas Potenciais*

Complementando a apresentação e análise dos atrativos turísticos percebe-se lacunas com relação à oferta de produtos e serviços destinados a permanência do turista no local como hotéis, restaurantes e pontos de comercialização de souvenirs, fazendo com que os turistas

se desloquem para a cidade mais próxima, Santo Ângelo, com maior disponibilidade de hospedagem e refeição.

Em São Miguel existem alguns hotéis e pousadas que necessitam de agendamento, entre estes, destaque para uma pousada temática que tem em seus cômodos nomes indígenas exaltando a história dos nativos Guarani.

Não são observadas iniciativas de apresentação de uma comida “típica missioneira”, mas de outro lado existem vestígios de tentativas de resgate de receitas missioneiras, onde se destaca uma pesquisa realizada por agentes locais de extensão rural (Emater - RS) chamada *Sabores e Saberes*, onde são lembradas e resgatadas memórias de receitas praticadas pelos antigos moradores missioneiros. No entanto, estes produtos não são oferecidos nos restaurantes locais e acredita-se que não esteja mais no hábito alimentar da população local, apontando para a necessidade de projetos de resgate das identidades gastronômicas do território missioneiro como patrimônio imaterial a ser redescoberto e fomentado pelo turismo.

A gastronomia, um dos pilares importantes para o turístico, apresenta-se com característica difusa e carente de identidade cultural, manifestando-se por meio da culinária gaúcha⁶, sem valorização de uma herança “típica missioneira”.

Com relação a pontos de comercialização de souvenirs verifica-se apenas uma Casa de Artesanato na entrada do sítio arqueológico. Esta comercializa os mais diversos artesanatos da simbologia missioneira, sendo gestada por uma associação de artesãos de São Miguel das Missões.

Figura 15 - Casa de Artesanato Missioneiro



Fonte: Arquivos da Pesquisa, NEPALS-UFSM, 2014.

O patrimônio material do sítio sobre os cuidados do IPHAN (Ruínas da Igreja) e IBRAM (Museu) são bem cuidados e relativamente conservados, entretanto, não se pode dizer o

⁶ Por Culinária Gaúcha entende-se aqui os pratos reconhecidos em todo país como típicos do Rio Grande do Sul, como o churrasco, o arroz carreteiro e tantos outros, relacionados a hábitos e rituais como chimarrão ou mate-amargo (infusão da erva-mate bebida em “cuias” feitas de porongo e com auxílio de uma bomba de aço inox, a qual pode contar com adornos de ouro e prata).

mesmo do patrimônio imaterial, representado pela cultura, que inclui gastronomia, mas principalmente o legado histórico cultural dos Guarani.

- *A presença dos Guarani*

No processo de construção do turismo em torno do patrimônio histórico local a figura do Guarani aparece e é exaltada como o “índio” sereno e dócil, artesão e bravo construtor das ruínas. Mas no dia a dia em São Miguel das Missões esta figura exaltada desaparece da representação social dominante. Ao contrário, percebe-se uma imagem negativa dos “indígenas”, vistos de forma depreciativa pela população da região missioneira.

Percebe-se que o povo nativo remanescente não possui participação ativa no processo de organização e gestão do turismo. Estes aparecem apenas como comerciantes de peças de artesanato dentro do sítio, pernoitando em uma Casa de Passagem, localizada dentro do Sítio. Analisando-se a figura dos Guarani na dinâmica turística do Sítio, percebe-se que apenas lhes é permitida a entrada livre no local e comercialização de suas peças de artesanato, não havendo participação destes em nenhum outro espaço ou atividade relacionada ao sítio.

Torna-se ainda importante salientar que o município de São Miguel das Missões abriga uma Aldeia Guarani que fica aproximadamente 35 km do Sítio. Esta área de cerca de 237 hectares foi adquirida pelo Governo do Estado do RS em 2001 e concedida aos Guarani. Nesta aldeia moram cerca de trinta e cinco (35) famílias que vivem basicamente do artesanato por eles produzidos. Deve-se ressaltar que a visita a aldeia não faz parte do principal roteiro turístico vivenciado pela maioria dos visitantes, permanecendo oculta do olhar do turista.

Figura 16 - Guaranis comercializando seu artesanato no Sítio Arqueológico



Fonte: Arquivos da Pesquisa, NEPAL-S-UFMS, 2014.

Muito embora a condição indígena não seja objeto desta pesquisa, ela aparece como uma lacuna para a gestão sustentável do turismo, onde os Guarani carecem de espaços de participação junto as atividades propostas pelo IPHAN, atual gestor do Sítio.

A pesquisa de campo permitiu a identificação da demanda dos Guarani junto ao IPHAN, que clamam reconhecimento das Ruínas como *Tava, lugar sagrado*. Este processo está em curso pelo IPHAN como reconhecimento de Patrimônio Imaterial, o que dará ao Sítio reconhecimento de dois patrimônios: o material (já reconhecido) e o imaterial⁷.

- *A Gestão do Sítio Arqueológico e o Processo de Organização do Turismo*

Recentemente, criou-se um Conselho Municipal de Turismo, visando planejar o desenvolvimento do setor e articular os diferentes agentes institucionais. Tradicionalmente, o sítio arqueológico é administrado pelo IPHAN em sua função de proteção, disciplinando o acesso dos turistas e as medidas necessárias para manutenção e preservação das “ruínas” e seu entorno. Cabe também ao IPHAN a gestão da relação com os Guarani, buscando valorizar seu Patrimônio Cultural Imaterial, permitindo a comercialização de artesanato no espaço interno do sítio e garantindo a gestão da casa de passagem.

Ao mesmo tempo, a disponibilização das informações históricas ao turista cabe ao IPHAN em ação conjunta com o IBRAM, responsável pelo Museu das Missões. Deve-se destacar que no intuito de atrair turistas, a secretaria de turismo do município realiza um esforço de divulgação de São Miguel das Missões como destino turístico, participando de iniciativas coletivas com os demais municípios do Consórcio de Desenvolvimento Turístico Regional e efetivando ações de produção de material destinado a agências de viagens e eventos relacionados ao turismo. No entanto, carece-se de uma ação mais integrada e da necessária aproximação com a iniciativa privada, a qual com exceção de raras ocasiões se mantém afastada e descrente no potencial turístico local.

Esta questão da ausência de investimentos privados em infra-estrutura turística relaciona-se, no entender da equipe de pesquisadores do NEPALS, com o aspecto da desvalorização pela sociedade local em relação as “ruínas” como é conhecido popularmente o sítio arqueológico.

-Procedimentos metodológicos da pesquisa

Buscando conhecer a dinâmica turística no município de São Miguel das Missões, a equipe de Pesquisadores do NEPALS-UFSM, realizou incursões exploratórias no território, vivenciando a “rotina” dos turistas e dos agentes públicos vinculadas ao funcionamento e gestão do Sítio Arqueológico.

Para tanto foram realizadas três visitas da equipe NEPALS a São Miguel das Missões (com duração de três dias cada visita), onde se buscou vivenciar o cotidiano da exploração turística, conhecer e entrevistar os diversos atores envolvidos no turismo local e gravar um documentário com o objetivo de estimular a reflexão sobre o que ocorre em São Miguel das Missões e sua conexão com o desenvolvimento territorial, onde o turismo assume posição de destaque.

⁷ Como complemento de informação a esta e outras questões relativas às demandas indígenas em prol de seu patrimônio material e imaterial, recomendamos pesquisa informativa em site de uma ONG de cineastas “indígenas” – *Video Nas Aldeias* (<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/>), que por meio de documentários realizados pelos próprios indígenas, retratam o cotidiano das aldeias (com suas demandas sociais e políticas), buscando promover reflexões a cerca do assunto.

Inicialmente, foi realizada uma visita exploratória no sentido de conhecer o destino e os atrativos turísticos para posteriormente avaliar sua sustentabilidade dentro dos critérios globais de gestão sustentável.

A partir destas incursões elaborou-se o vídeo documentário intitulado “*Missões no Rio Grande do Sul: Patrimônio histórico cultural e turismo*”, este elaborado pelo Laboratório de Mediações Sociais e Culturais – LABMESC do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da UFSM⁸.

O vídeo com produção do professor do Curso de Música e Tecnologia da UFSM Patrício Orozco-Contreras e argumentos da Equipe de Pesquisa do NEPALS, busca retratar a teia de significados e motivações que constitui a dinâmica turística do território missioneiro. Para tanto, são entrevistados agentes públicos e privados responsáveis pela gestão dos equipamentos turísticos, os quais a partir de suas narrativas expõem seus sentimentos e refletem sobre os sentidos e motivações das movimentações turísticas em torno da história missioneira e de uma suposta espiritualidade ali presente.

-Elementos relevantes de análise

Nossa análise toma como objeto o Território das Missões este definido como uma construção histórico-social assentada sobre o patrimônio histórico-cultural herdado dos antigos Sete Povos das Missões da época das reduções Jesuítico - Guarani no atual território do Estado do Rio Grande do Sul (integrantes do segundo período missioneiro).

A complexidade está em que ao deter-se sobre a exploração turística deste patrimônio histórico-cultural, observam-se diferentes dimensões organizacionais e político-administrativas, onde diferentes compreensões de pertença a este território são evidenciadas:

a) Mesmo que o trabalho do IPHAN diga envolver além do sítio arqueológico de São Miguel das Missões, os sítios de São Lourenço Mártir, São João Batista e São Nicolau (todos integrantes dos antigos Sete Povos das Missões), não se observa que estes demais sítios estejam inseridos na rota principal do Turismo nas Missões; ou seja, a maior parte dos turistas não visitam estes sítios e nenhuma promoção especial os tem colocado como atração turística.

b) O Município de São Borja (antiga redução de São Francisco de Borja) raramente aparece como integrante ativo deste processo de construção turística missioneira.

c) Na ótica político-administrativa adotada pela região para gestar o turismo como processo de desenvolvimento territorial, mais de vinte municípios estão integrados em ações comuns, buscando todos mobilizarem uma pretensa cultura missioneira como elemento importante para sua participação na rota turística das missões. Assim, consideramos o território Missões como um processo em movimento e tomamos como referência as ações desenvolvidas em São Miguel das Missões, considerado como núcleo central devido a presença do sítio arqueológico considerado Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade; adentramos na especificidade de São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo como referência de espaços que buscam

⁸ Vídeo disponível em https://www.youtube.com/watch?v=nDKxy5Ub_il

construir um espectro de atrações turísticas com apelo ao passado missioneiro. No entanto, a desarticulação das ações entre os diferentes municípios tem limitado o desenvolvimento do turismo regional e, por consequência, hipostasiado o fluxo turístico voltado para São Miguel das Missões.

-O Enfoque do Desenvolvimento Territorial

Hoje se percebe uma desarticulação entre os diferentes agentes de desenvolvimento em ação no território Missões, a qual resulta na inexistência de uma estratégia integradora entre os municípios e organismos regionais de fomento ao turismo e preservação do patrimônio cultural e natural.

Deve-se ressaltar que nas visitas a São Luiz Gonzaga, observou-se o sentimento de desvalorização do Patrimônio Cultural construído pelos Guarani, sendo que a praça central da cidade se assenta sobre o local onde ficava o centro da redução jesuítico - guarani, mas não resta nenhum vestígio da arquitetura da época.

Assume relevância o fato de que o município tem buscado desenvolver ações isoladas dos demais municípios missioneiros, o que demonstra não haver uma integração estratégica e, sim, uma priorização de São Miguel das Missões como local de atração turística. No entanto, ao dialogar com os gestores públicos do sítio turístico de São Miguel, observou-se que os visitantes costumam visitar as ruínas e assistir ao espetáculo “Som e Luz”, mas não permanecem no município, até pela precária oferta de hospedagem e serviços de alimentação. Quando permanecem na região, preferem a cidade de Santo Ângelo para pernoitar, devido a melhor infra-estrutura disponível.

Assim, observa-se que os interesses divergentes e as formas de relacionamento com os turistas afastam estes municípios de uma estratégia comum. Em São Luiz Gonzaga existe um esforço de assentar a atração turística na chamada Música Missioneira. A música missioneira apresenta uma estética baseada na louvação do espírito aguerrido dos missioneiros (faz menção a herança Guarani) e denuncia a marginalização econômica, social e cultural dos Guarani diante do processo de expropriação conduzido pela elite oligárquica de origem luso-espanhola.

No caso de Santo Ângelo, o grande ponto de atração turística é a Catedral da Cidade, réplica da antiga Igreja de São Miguel das Missões, localizada na praça central e onde se realiza o tradicional festival “Canto Missioneiro”. É esta Igreja que faz a principal conexão com o passado missioneiro, mas em um contexto em que os vestígios da antiga redução deram lugar a uma cidade moderna e com um tamanho e estrutura bem superior as demais já mencionadas.

Em relação a São Miguel, existe um distanciamento da população local do sítio arqueológico, pois esta foi deslocada da área do parque delimitado pelo IPHAN, sendo que as moradias, escolas e clubes sociais ao serem destruídas criaram um estranhamento em relação a este patrimônio cultural da humanidade. “O sítio não é nosso”, é o discurso da população local, a qual não atribui relevância histórico-cultural “àquelas pedras”. Tal compreensão associa-se a desvalorização do passado das missões, pois o índio e o negro precisam continuar invisíveis como atores sociais relevantes no desenvolvimento da região, segundo o imaginário construído por portugueses e espanhóis.

Tal processo de relacionamento entre a população local e o sítio arqueológico, envolvendo sua exploração, evidencia uma tensão, onde a bravura dos Guarani e o trabalho dos jesuítas de catequização dos “indígenas” assumem significado positivo no imaginário local, alicerçado na história contada do ponto de vista das elites. No entanto, quando se busca verificar o sentimento da população em relação ao presente dos Guarani, estes são vistos de forma pejorativa, pois vistos do olhar substanciado dos dominadores pautados pela cultura dominante (a luso-espanhola e as contribuições das demais etnias brancas que hoje vivem na região).

-Materialidade e imaterialidade na construção do processo turístico

No caso de São Miguel evidencia-se que a projeção turística recai apenas no patrimônio cultural material representado pelas ruínas da antiga redução jesuítica - guarani, sendo que é pouco explorado o patrimônio cultural imaterial representado pelas contribuições dos Guarani nas artes típicas, música, dança, artesanato (este é apresentado ao turista como produto na visita ao sítio, mas destituído do sentido que ele assume na vida cultural do Guarani), na gastronomia (composta por alimentos herdados do período missionário e enriquecida com outras contribuições acrescidas no devenir histórico da região) e pela própria ausência dos Guarani, os quais apenas são vistos vendendo artesanato no parque.

O visitante se põe diante de uma contradição, pois ao mesmo tempo que se exalta a bravura dos Guarani no passado das missões e de suas conquistas civilizatórias (na arte, na organização social e na economia local sustentável), os percebe marginalizados do processo turístico (estão relegados a um cantinho onde vendem seus artesanatos, única manifestação de sua cultura inserida no roteiro turístico). Esta situação fica mais marcante ao visualizar-se que os Guarani ficam praticamente invisíveis ao turista que não visita sua aldeia a trinta e cinco quilômetros de distância e que não faz parte do roteiro turístico convencional.

Ora, a aldeia Guarani pode ser uma amostra do que se preservou de patrimônio cultural imaterial do principal personagem da “aventura missionária”, hoje relegado a ator de segundo plano.

Encerra-se apontando para uma reflexão importante sobre a ausência do patrimônio cultural imaterial no processo de exploração turística do legado das Missões. Se houvesse a visibilidade dos Guaranis com sua cultura, o turista teria uma possibilidade de contato com a imaterialidade e o simbolismo que subjaz a experiência missionária. Sem a presença dos Guarani, o presente é separado do passado e este último vivido como memória, através do resgate realizado pelos dominantes, pois os Guarani não são ouvidos e não são agentes do processo de celebração de sua própria história. Tal reflexão aponta para uma despotencialização do desenvolvimento do turismo na região ao invisibilizar-se o Guarani.

Hoje os Mbya-Guarani de São Miguel das Missões surgem como agentes do processo de ressignificação histórica da experiência missionária, colocando no cenário político, social e acadêmico uma outra forma de aproximação do passado Jesuítico - Guarani.

Este processo pode adicionar um novo elemento a ser trabalhado em futuros projetos de planejamento turístico no território Missões. Logicamente, este processo não estará limpo de contradições, pois as diferentes formas de apropriação da história missionária entrarão em choque.

-A espiritualidade como simbologia a explorar

Na representação social das Missões está sempre presente o aspecto da espiritualidade manifesta de diversas formas. Pode-se afirmar que na perspectiva de muitos turistas, principalmente os grupos de idosos que visitam a região, a busca de alimentar a espiritualidade está no centro da motivação turística. Em um olhar inicial, o analista percebe nas imagens dos santos missioneiros, possíveis de serem vistos na Igreja de São Luiz Gonzaga ou no museu das missões em São Miguel, uma conexão com a “versão católica” trazida pela história, muito enfatizada no discurso dos historiadores.

No entanto, um olhar mais atento permite captar a espiritualidade como presença forte a partir do Santuário de Caaró, onde o Padre hoje responsável por receber os fiéis afirma ser a fé a componente chave, pois é ela que faz de uma água comum, uma água benta e para alguns até milagrosa (referindo-se a água da fonte existente no local).

A mesma espiritualidade apresenta-se nas igrejas como patrimônio exaltado e, por último, talvez a principal simbologia da espiritualidade, a cruz missioneira, que tem seu significado construído no processo específico vivido na região. Sendo a mesma cruz de Lorena ou Caravaca, nas missões ela passa a ter sentido de Fé Redobrada representada por dois braços: o trabalho e a espiritualidade.

Quem tem a cruz missioneira, como é chamada, está duas vezes protegido. Esta simbologia é um elemento forte a ser explorado, o qual depende de imagens que se associem a simbologias e não necessariamente ao patrimônio material como vestígios de acontecimentos passados. Tais acontecimentos se relacionam com o turista segundo as simbologias que podem suscitar e aos discursos a elas associados.

Figura 17 - Cruz Missioneira nas Ruínas de São Miguel Arcanjo



Fonte: Arquivos da Pesquisa, NEPALIS-UFSM, 2014.

-Os elementos para pensar a sustentabilidade do turismo no território missões

Em uma análise ainda preliminar do processo turístico no território Missões pode-se verificar alguns elementos que apontam para a in-sustentabilidade, caso não sejam re-trabalhados em planejamentos e articulações futuras:

- a) O processo fragmentário de gestão, onde cada agente busca fortalecer uma estratégia de atração turística sem conseguir inseri-la em uma perspectiva territorial, o que tem significado iniciativas de vender pontos de atrações turísticas em cada local e não a venda de um roteiro mais amplo, este sim capaz de sustentar o apelo turístico, pois integrador de diversos elementos que são complementares entre si (os quais foram analisados acima).
- b) A falta de estratégias capazes de envolver as populações locais com o turismo, onde estas sejam partes do cenário a ser ofertado ao turista, pois fazem parte do patrimônio cultural Imaterial do Território Missões; a integração da população na dinâmica do turismo pode transformá-la em agente de promoção, pois ao compreender que o turismo pode beneficiar a comunidade, cada um pode fazer seu papel (fundamental na criação de novos empreendimentos e na recepção do turista).
- c) A ausência, principalmente, em São Miguel das Missões, do interesse em empreender para viabilizar uma estrutura integrada de hospedagem, oferta gastronômica e atrações culturais, capaz de fazer que os visitantes permaneçam no local; aqui poder-se-ia pensar a apresentação de músicas e danças típicas da região (diferentes origens étnicas presentes) e um cardápio alicerçado na culinária missioneira, valorizando pratos relacionados com o passado da região.
- d) A não existência de um programa educacional voltado ao patrimônio histórico-cultural das missões (educação patrimonial) nas escolas do território missões, faz com que os estudantes de ensino fundamental e médio não o conheçam e valorizem, deixando-se de formar uma cultura proativa que pode auxiliar na sustentabilidade do turismo como processo comunitário e socialmente enraizado.
- e) Por último, a inexistência de um planejamento para o desenvolvimento do turismo no território Missões, envolvendo os diferentes agentes públicos e privados interessados, focado nas formas de integrar o Patrimônio Material e Imaterial em um roteiro que possa ampliar a intensidade (numero de turistas) e a densidade (tempo de permanência do turista na região) do fluxo turístico.

-Considerações Finais

Perpassando todos os elementos de in-sustentabilidade analisados, duas questões surgem como indicadores-chaves para abordarmos o turismo no território Missões, a partir de uma visão crítica e comprometida com a superação dos entraves hoje existentes.

- a) O necessário resgate do Guarani como agente fundamental da historia das Missões, rompendo-se com a visão romantizada cultuada por alguns historiadores e pela igreja católica, esta conveniente para a elite político-econômica da região, reproduzindo-se o entendimento de que as reduções foram um paraíso onde viviam perfeitamente integrados os Jesuítas e os Guarani.

Tal revisão desta versão histórica permite incluir o aspecto da dominação do nativo pelo europeu, contestando a positividade da substituição da cultura do Guarani pela do colonizador. Desta forma, desconstrói-se também a versão da história que não explica a marginalização crescente dos povos “indígenas”, contrastando com a bravura exaltada dos resistentes da Guerra Guaranítica.

Neste processo entram os Mbya-Guarani como agentes importantes, os quais ao serem visibilizados podem contar também sua versão da história. Como isto poderá ser revertido em potencial turístico deve ser ponto de diálogo entre os diferentes gestores públicos envolvidos e os próprios Mbya-Guarani.

b) Fazer com que o impressionante fluxo de turistas para o território Missões, tendo como destaque as inúmeras excursões que chegam todo dia a São Miguel das Missões, permaneçam mais tempo na região e tenham a disposição um conjunto variados de programações a vivenciar, o que significaria mais recursos financeiros que adentram na região e possibilitam fazer girar uma economia do turismo.

Hoje, as excursões de estudantes e de grupos de melhor idade tem reduzidas possibilidades a optar, pois visitam o sítio arqueológico, assistem o espetáculo Som e Luz e retornam para seus locais de origem; ou dirigem-se a outros municípios com maior estrutura hoteleira e de alimentação.

Na sinergia entre os diferentes elementos de atração turística, mobilizados por diferentes agentes e municípios, pode-se encontrar a viabilidade de um roteiro mais consistente e com atrações variadas. Para que tal aspecto seja enfrentado com eficácia, torna-se necessário potencializar investimentos em estrutura de hospedagem e alimentação, mas casadas com apresentações culturais e eventos de promoção da gastronomia local. Sabe-se que a atração turística é uma construção histórico-cultural e que pode ter uma relação muito distante da verdade histórica.

-Aplicação dos critérios de sustentabilidade: São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul Brasil

SEÇÃO A: Demonstrar uma gestão sustentável eficaz

A1 – Estratégia de Turismo

O local não tem um plano de gestão para o desenvolvimento do turismo. A participação do público é inexistente na definição das estratégias e os aspectos sociais e ambientais são insuficientemente tratados.

A2 – Organização da gestão do turismo

Existem ações do poder público municipal em divulgação do destino. A gestão do sítio arqueológico é do IPHAN sem integração com demais organismos.

A3 – Monitoramento

Não tem um sistema adequado de monitoramento do fluxo turístico nas dimensões analisadas (ambiental, econômico, social, cultural, turismo...).

A4 – Gestão da estacionalidade turística

O planejamento turístico não diferencia períodos segundo a intensidade de fluxo de turistas.

A5 – Adaptação à mudança climatológica

Não existe um sistema para identificar desafios e oportunidades associados às mudanças climáticas, não havendo nenhum planejamento ambiental em relação ao sítio arqueológico.

A6 – Inventário do patrimônio natural e cultural existente

O nível de informação da população local e disponível aos turistas é deficiente; no entanto, existe uma divulgação do turismo com roteiros, o vídeo de entrada, telefones disponíveis para informação e publicações disponibilizadas ao turista.

Também é importante mencionar que em São Miguel das Missões existe um valioso inventário realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que tem como principal a consolidação dos remanescentes da antiga redução Jesuítico-Guarani de São Miguel Arcanjo, no município de São Miguel das Missões, que iniciou após a visita do arquiteto Lucio Costa às Missões em 1937. Esta vistoria resultou em um relatório que definiu o método de trabalho técnico do IPHAN a partir daí. É do mesmo arquiteto a idealização do “Museu das Missões”, que hoje abriga um acervo de mais de cem imagens esculpidas e outros elementos remanescentes das Missões.

Por último, mais recentemente, buscando ações referentes aos bens culturais materiais missioneiros, nos últimos anos foram desenvolvidas ações referentes ao patrimônio imaterial junto à população M'Byá-Guarani que vive no município com suas atividades de produção e venda de artesanato. Foi realizado o Inventário Nacional de Referências Culturais com vários desdobramentos como a Oficina “Vídeo nas Aldeias”, edição de livro e CD sobre a pesquisa, encontros com lideranças indígenas do Mercosul e outros.

A7 – Aplicação de Estudos de Impacto Ambiental

A Gestão do Sítio, sob responsabilidade do IPHAN possui normas específicas e rígidas quanto a preservação do patrimônio sob o ponto de vista material, no entanto, no que se refere à aspectos de ordem ambiental, apresenta muitas lacunas, principalmente no entorno do sítio, onde observa-se a ocorrência de muitas lavouras comerciais (com uso de agrotóxicos) que constituem indicador de não planejamento do uso dos recursos naturais, o que futuramente pode representar problemas para a gestão do turismo local.

A8 – Acesso para todos

Não existe um plano de acessibilidade, não sendo facilitado o acesso a deficientes.

A9 – Adquisições de propriedade

Existem comunidades indígenas assentadas a 35 km do sítio arqueológico. A Reserva Indígena Inhacapetum, como é chamada, está localizada na margem direita do rio

Inhacapetum. Os índios guarani desta reserva auto-denominam-se como representantes da tradicional cultura Mbyá Guarani, uma das etnias da família guarani.

A Aldeia ocupa uma área de 237 hectares, comprados pelo governo do estado do RS e destinada aos guarani em 2001. A estrada que liga a aldeia à cidade é de chão batido e está em razoáveis condições de tráfego. As primeiras famílias de índios se mudaram para a aldeia no dia 15 de julho de 2001, vindas, em sua maioria, do Alto Jacuí e da região norte do RS.

A10 – Satisfação do turista

Não existe um sistema de avaliação que permita esta dinâmica de interação com os turistas.

A11 – Normas de sustentabilidade

Não há normas de sustentabilidade. Apenas o Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente age no sentido da proteção ambiental do sítio e no entorno. Existe um monitoramento sobre o sítio e seu entorno, visando a proteção ambiental, tendo como pontos centrais a qualidade dos recursos hídricos e a gestão dos resíduos sólidos.

A12 – Segurança

Não existe um plano específico de segurança para o sítio arqueológico e nem um plano especial de prevenção voltado para o fluxo turístico.

A13 – Preparação e resposta para crise e emergências

O destino não tem um plano de resposta a crises ou situações de emergência; existe um plano de capacitação de agentes turísticos.

A14 – Promoção

No caso de São Miguel das Missões, a divulgação se dá de variadas formas, desde sua promoção por meio de sites oficiais, tanto do Município de São Miguel, como do próprio IPHAN.

No entanto, por sua característica de patrimônio histórico reconhecido e tombado, os meios de promoção não se dão de forma comercial como panfletos ou propagandas, estando em muitas vezes vinculados a cronogramas de secretarias de Educação para visitação de escolas, até agências de turismo cultural que incluem visitas às Ruínas de São Miguel em suas rotas de viagens.

SEÇÃO B: Otimizar os benefícios sociais e econômicos para a comunidade local e atenuar os impactos negativos

B1 – Monitoramento econômico

Existem estimativas sobre número de visitantes, mas não existe uma aferição precisa dos impactos econômicos.

Para ingressar no interior do Sítio são cobradas entradas no valor de R\$ 5,00 e R\$ 2,50 para estudantes e idosos. Este valor não possui objetivos de acúmulo econômico, já que na

condição de Patrimônio Histórico reconhecido e tombado, o sítio destina-se a preservação da memória e não para fins empresariais. Os custos de manutenção do sítio são de responsabilidade do IPHAN.

B2- Oportunidades locais de trabalho/emprego

Importante esclarecer que se geram empregos públicos por ocasião do sítio ser gestado pelo IPHAN que necessita de profissionais de arquitetura, museologia, arqueologia, serviços administrativo e de expedição, admitindo cargos por meio de concursos públicos.

Também são gerados postos de trabalho eventual como guias turísticos, trabalhos de artesanato (comercializados por meio de uma Associação de artesãos). Ainda existem oportunidades empresariais no ramo de hotelaria (ainda incipiente) e de alimentação.

No entanto é importante que se saliente que a população local pouco participa deste processo, sendo os investidores geralmente de fora do município.

B3 – Participação da comunidade

Existe um conselho municipal de turismo, ao qual cabe este papel de planejamento e tomadas de decisão, mas sua ação ainda é recente.

B4 – Opinião da comunidade local

A população não se sente incluída, pois o IPHAM – Instituto Nacional de Patrimônio Histórico e Ambiental é visto como agente externo que interveio na comunidade sem promover a participação dela; e a delimitação e cercamento do sítio foi feita com a retirada de moradores, de clube social e escola do local, gerando animosidade na comunidade local.

B5 – Acesso Local

O acesso ao sítio é controlado. O sítio possui horário específico de visitação (9:00-12:00 e 14:00-18:00). Em alguns lugares do sítio não é permitida a entrada dos visitantes em função das normas de segurança impostas pelo IPHAN.

B6 – Sensibilização turística e educação

O sítio turístico não tem um programa para criar e educar a consciência sobre a importância da sustentabilidade; inexistem nas escolas ações de educação ambiental ou patrimonial, mas estas são ações de iniciativa das escolas, sem um planejamento estratégico e integrado as ações do sítio.

B7 – Prevenção da exploração

Não existe um plano específico para evitar a exploração e assédio comercial, sexual ou qualquer outra forma, particularmente das crianças, adolescentes, mulheres e minorias.

B8 – Apoio à comunidade local

O município incentiva empresas a instalarem-se no município no sentido de oportunizar emprego e renda a comunidade e infraestrutura ao turista. Os custos para manter o sítio são de responsabilidade do IPHAN.

A comunidade indígena, por sua vez, recebe auxílios governamentais por parte da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e de outros programas sociais dirigidos a comunidade

indígena brasileira.

B9 – Apoio a empresários locais e de comércio justo

Não especificamente, apenas programas e políticas públicas de acesso amplo a diferentes segmentos sociais. Existe um processo inicial de planejamento coordenado pelo conselho municipal de turismo, o qual deverá incluir estratégias de atração de investimentos privados.

SEÇÃO C: Otimizar os benefícios às comunidades, aos visitantes e ao patrimônio cultural e atenuar os impactos negativos

C1 – Proteção dos locais atrativos

O patrimônio cultural material representado pelas ruínas da catedral de São Miguel está protegido, mas o patrimônio cultural imaterial não é contemplado com estratégias efetivas de preservação.

C2 – Gerenciamento de visitantes

Tem uma sistemática de acesso ao sítio e fiscalização do comportamento dos visitantes e comunidade local.

C3 - Comportamento do visitante

Em São Miguel das Missões estas diretrizes estão disponíveis por meio de orientações iniciais dirigidas aos turistas antes de entrarem no sítio, por meio de “palestras”, bem como através de cartazes de orientação disponíveis em vários locais do sítio, indicando necessidade de limpeza, silêncio, ausência de flashes em máquinas fotográficas, etc.

C4 - Proteção do patrimônio cultural

Existe regulação pública sobre a venda ou o comércio e/ou a exposição de artefatos e/ou arqueológico-históricos; tanto legislação federal e municipal buscam proteger o patrimônio histórico-cultural.

C5 – Interpretação do local

Comunica-se deficientemente, pois nem todos acessam ao sítio com guias e muitos visitantes têm acesso apenas ao museu dentro do sítio, do espetáculo som e luz que conta a história da missão de São Miguel Arcanjo, enfatizando a experiência jesuítico-guarani; no entanto, falta um trabalho mais efetivo de comunicação ao turista.

Existem ainda sistemas de fone com áudios de orientação em vários idiomas. O roteiro informa o turista no sítio, situando-o acerca das edificações históricas, acervo de museu e história do lugar. Também existe um espetáculo de som e luz que permite a aos visitantes acompanhar a história de criação e queda da Missão Jesuítica, através de textos narrativos e show de luzes projetadas nas edificações, permitindo ao turista conhecer e interpretar a importância histórica y cultural do sítio.

Os equipamentos de projeção de som e luz estão bastante depreciados e passando por um recente processo de modernização de seu sistema, por meio de verbas federais.

C6 - Propriedade intelectual

Neste aspecto o trabalho é recente e incipiente, mas existe a preocupação em valorizar e resgatar o saber indígena e incluí-lo no processo turístico.

O IPHAN faz o reconhecimento e tombamento do patrimônio tanto material quanto imaterial. Além do sítio, e acervo de museu, o IPHAN está em um recente processo de reconhecimento do Patrimônio Imaterial dos Guarani, que conclamam o sítio, como “Tava”, lugar sagrado, onde viveram e foram enterrados os antepassados indígenas.

SEÇÃO D: Otimizar os benefícios para o meio ambiente e atenuar os impactos negativos

D1 - Riscos ambientais

Não e o elevado uso de agroquímicos nas lavouras de soja do entorno do sítio tem impactos violentos sobre o sítio e sobre os recursos naturais.

D2 – Proteção de vizinhanças sensíveis

Não eficazmente há uma proteção dos lugares mais sensíveis ou vulneráveis, apenas ações pontuais.

D3 – Proteção da vida selvagem

Não existe plano específico para a proteção da fauna.

D4 - Emissões de gases de efeito estufa

Não existe um sistema para incentivar as empresas e os serviços relacionados com o turismo para medir, monitorar, reportar e mitigar as suas emissões de gases.

D5 – Conservação da energia

Não ocorre um sistema para promover a medição, o monitoramento da redução do consumo de energia.

D6 – Gestão da água

Existe uma preocupação dos organismos ligada ao meio-ambiente, mas sem ainda um plano de ação eficaz.

D7 - Fornecimento de água encanada

O sítio ainda não tem um plano eficaz gerenciar seus recursos hídricos para garantir que a utilização para o turismo é compatível com as necessidades de água da comunidade.

D8 – Qualidade da água

Existe a preocupação dos órgãos ambientais em relação a qualidade da água, devido ao uso intensivo de agroquímicos pelas lavouras no entorno do sítio; são realizadas análises freqüentes.

D9 - Águas residuais

Não existe um plano de gestão das águas residuais.

D10 – Redução dos resíduos sólidos

Está sendo desenvolvido um plano de gestão de resíduos sólidos municipal, o qual incluirá instrumentos voltados ao espaço do sítio arqueológico.

D11 - Poluição lumínica e acústica

Não existe um sistema de controle específico.

D12 - Transporte de baixo impacto

Não existe plano específico neste sentido.

5. Análise comparativa dos estudos de caso

Para realizar as conclusões finais se retomaram os quatro critérios gerais analisados: gestão sustentável; benefícios sociais e econômicos para a comunidade local; benefícios em relação ao patrimônio cultural; e benefícios para o meio ambiente.

Com base nos mesmos a análise comparativa a que se chegou foi a seguinte:

**SEÇÃO A: Demonstrar uma gestão sustentável eficaz*

-Sobre as **estratégias de turismo** em ambos os casos se observa que não se está aplicando um plano de gerenciamento específico aos locais de estudos.

É preciso indicar que embora alguns anos atrás se redigiu um plano de gerenciamento para a Reserva Natural Las Piedras o mesmo não se levou em andamento.

-A respeito da **organização da gestão do turismo** em ambos os casos se observa que os locais estão sendo gerenciados pela administração pública local. No caso da Reserva Natural Las Piedras existe o apoio por parte de instituições acadêmicas (Universidade Autônoma de Entre Ríos). No caso de São Miguel das Missões a gestão do sítio arqueológico é exclusivamente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vinculado ao Ministério da Cultura do Brasil.

-Em relação ao **monitoramento e informação** sobre aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais e turísticos, em nenhum dos locais de estudo se observa a aplicação deste critério. No caso da Reserva Natural Las Piedras se realiza um trabalho de observação e levantamento (não sistemático), cujos resultados se informam através de um web site.

-A respeito da **gestão da estacionalidade turística**, na Reserva Natural Las Piedras a afluência de visitantes é ainda incipiente e em consequência ainda não se aplicam métodos para atenuar os impactos do turismo e o lazer.

Em São Miguel das Missões a gestão turística não diferencia períodos segundo a intensidade de fluxo de turistas.

-Em nenhum dos casos de estudo existe um sistema para incentivar **estratégias de adaptação à mudança climatológica** para o desenvolvimento, localização, planejamento e gestão de instalações de turismo.

-A respeito dos **inventários do patrimônio natural e cultural**, na Reserva Natural Las Piedras, embora existam levantamentos gerais a respeito do patrimônio natural existente, não há um registro específico e sistemático das espécies de flora e fauna. Também não há um inventário do patrimônio cultural realizado de forma detalhada.

Em São Miguel das Missões existe um valioso inventário realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o qual teve como objetivo principal a consolidação do acervo remanescente da antiga redução Jesuítico-Guarani de São Miguel Arcanjo, no município de São Miguel das Missões.

Tal inventário iniciou após a visita do arquiteto Lucio Costa às Missões em 1937, resultando em um relatório que definiu o método de trabalho técnico a ser realizado pelo IPHAN. É do mesmo arquiteto a idealização do “Museu das Missões”, que hoje abriga um acervo de mais de cem imagens esculpidas e outros elementos remanescentes das Missões. Por último, mais recentemente, buscando ações referentes aos bens culturais materiais missioneiros, foram desenvolvidas ações referentes ao patrimônio imaterial junto à população M'Byá-Guarani que vive em aldeia no município com suas atividades de produção e venda de artesanato. Foi realizado o Inventário Nacional de Referências Culturais com vários desdobramentos como a Oficina “Vídeo nas Aldeias”, edição de livro e CD sobre a pesquisa, encontros com lideranças indígenas do MERCOSUL e outros.

-Em nenhum dos locais de estudo se aplicam **Estudos de Impacto Ambiental**.

Embora em Gualaguaychú, a cidade próxima da Reserva Natural Las Piedras, exista uma portaria que dispõe estudos sobre impacto ambiental, a mesma não se aplica aos locais localizados fora do núcleo urbano, onde se localiza a Reserva.

No caso de São Miguel das Missões a gestão do sítio, no que se refere à aspectos de ordem ambiental, apresenta muitas lacunas, principalmente no entorno do sítio, onde observa-se a ocorrência de muitas lavouras comerciais (com uso de agrotóxicos), o que futuramente pode representar problemas para os recursos naturais e para a gestão do turismo local.

-Em ambos os locais de estudo não existem serviços e infraestruturas preparados para o **acesso de pessoas com deficiências**.

No caso da Reserva Natural Las Piedras existe o projeto de trabalhar nalguns aspectos vinculados à acessibilidade, como por exemplo, o desenho de trilhas, elaboração de folhetos para pessoas cegas, e a implementação de um programa de educação ambiental para pessoas surdo-mudas. Contudo, a Direção de Integração e Incapacidade municipal está gerenciando passar a informação existente sobre a área natural ao sistema Braille.

-O critério relacionado com a **adquisições de propriedade e direitos de comunidades** locais e indígenas, não se aplica ao caso da Reserva Natural Las Piedras, já que é um lugar localizado na área rural do município, sem assentamento de grupos indígenas.

Em São Miguel das Missões existem comunidades indígenas assentadas a 35 km do sítio arqueológico. A Reserva Indígena Inhacapetum, como é chamada, está localizada na margem direita do rio Inhacapetum. Os índios guarani desta reserva auto-denominam-se como representantes da tradicional cultura Mbyá Guarani, uma das etnias da família Guarani. A Aldeia ocupa uma área de 237 hectares, comprados pelo governo do estado do RS e destinada aos Guarani em 2001. A estrada que liga a aldeia à cidade é de chão batido e está em razoáveis condições de tráfego. As primeiras famílias de indígenas se mudaram para a aldeia em julho de 2001, vindas, em sua maioria, do Alto Jacuí e da região norte do Rio Grande do Sul.

-Em nenhum dos locais de estudo existe um **sistema para obter informação sobre a qualidade da visita ou a satisfação por parte dos turistas**.

-Também não para nenhum dos casos se aplicam **normas de sustentabilidade**, nem de **certificação**.

Em São Miguel das Missões o Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente tem agido junto ao IPHAN no sentido de criação de uma faixa de proteção ambiental ao redor do sítio e disponibilizar materiais de orientação aos turistas de como proceder em relação aos resíduos sólidos produzidos e aos habitantes locais em relação ao uso dos recursos naturais (proteção das áreas florestadas e das nascentes, diminuição do uso de agroquímicos, etc.).

-Em ambos os casos não há **sistema de segurança** integral (crimes, saúde, etc.). Na Reserva Natural Las Piedras existe um responsável encarregado, que se encontra no lugar de forma permanente, e encarrega-se especialmente de evitar o ingresso de caçadores furtivos.

-Em nenhum dos casos de estudo existe um **plano de resposta de crise e emergências**.

-A respeito da **promoção** dos locais, a Reserva Natural Las Piedras difunde informação através de web sites oficiais gerenciados desde o órgão municipal, assim como por meio de materiais gráficos, meios audiovisuais, televisivos, exposições e férias.

No caso de São Miguel das Missões, a divulgação se dá de variadas formas, desde sua promoção por meio de sites oficiais, tanto do Município de São Miguel, como do próprio IPHAN. No entanto, por sua característica de patrimônio histórico reconhecido e tombado, os meios de promoção não se dão de forma comercial como panfletos ou propagandas, estando muitas vezes vinculados a cronogramas de secretarias de Educação para visitação de escolas, de agências de turismo cultural que incluem visitas às Ruínas de São Miguel em suas rotas de viagens. Tendo destaque também a divulgação através dos comentários dos visitantes na internet e de “boca em boca”.

**SEÇÃO B: Otimizar os benefícios sociais e econômicos para a comunidade local e atenuar os impactos negativos*

-Em relação ao **monitoramento econômico**, em nenhum dos casos de estudo existe um acompanhamento dos ingressos gerados pelos visitantes e os egressos econômicos que produz a manutenção, cuidado, o salário para o pessoal empregado no local. Em consequência, não resulta possível realizar uma avaliação econômica em relação aos resultados positivos ou negativos que gera o turismo em ambos os locais.

Como um dado a considerar, é preciso esclarecer que o ingresso à Reserva Natural Las Piedras é gratuito e não fornece qualquer tipo de serviço no lugar que gerem renda.

Para ingressar no interior do sítio de São Miguel das Missões são cobradas entradas para estudantes e idosos, mas este valor não possui objetivos de acúmulo econômico, já que na condição de patrimônio histórico reconhecido e tombado, o sítio destina-se a preservação da memória e não para fins empresariais. Os custos de manutenção do sítio são de responsabilidade do IPHAN.

-A respeito das **oportunidades locais de trabalho e emprego**, no caso da Reserva Natural Las Piedras, devido a que o desenvolvimento do turismo e o lazer é incipiente, só se geram oportunidades a partir de pequenos empreendimentos ou serviços vinculados a guias da natureza e /ou serviços de traslado ou passeios de navegação pelo rio. Existe só um empregado responsável encarregado da Reserva, que está dentro do orçamento municipal.

No caso de São Miguel das Missões se geram empregos públicos por ocasião do sítio ser gestado pelo IPHAN que necessita de profissionais de arquitetura, museologia, arqueologia, serviços administrativo e de expedição, admitindo cargos por meio de concursos públicos. Também são gerados postos de trabalho eventual como guias turísticos, trabalhos de artesanato (comercializados por meio de uma Associação de Artesãos). Ainda existem oportunidades empresariais no ramo de hotelaria (ainda incipiente) e de alimentação. No entanto a população local pouco participa deste processo, sendo os investidores geralmente de fora do município.

-Nos dois casos poder-se-ia dizer que existe certa **participação da comunidade**.

Na Reserva Natural Las Piedras existiu faz um tempo um processo de participação no planejamento do gerenciamento da área, mesmo não tendo se implementado na prática.

Em São Miguel das Missões existe um conselho municipal composto por representantes da sociedade organizada como secretários de municípios, prefeituras e outras entidades governamentais, mas sua criação é recente, portanto ainda não há um resultado concreto de suas ações.

-Em nenhum dos locais se implementou um sistema de **opinião da comunidade local** em relação ao desenvolvimento do turismo.

Particularmente, no caso de São Miguel das Missões há intervenção de um organismo nacional (IPHAN) devido à importância do patrimônio cultural e arqueológico existente. No entanto, até o momento a forma de gestão efetivada tem produzido um afastamento da comunidade local em qualquer decisão tomada sobre o assunto no local.

-A respeito do **acesso dos povoadores locais** aos locais de estudo, no caso da Reserva Natural Las Piedras o ingresso dos povoadores locais é livre e gratuito.

No caso de São Miguel o acesso é controlado. O sítio possui horário específico de visitação com ingresso no valor de R\$5,00. Em alguns lugares do sítio não é permitida a entrada de visitantes em função das normas de segurança impostas pelo IPHAN.

-A respeito da **sensibilização e educação** sobre a importância da sustentabilidade a Reserva Natural Las Piedras leva em andamento um programa no mesmo local orientado aos visitantes com o fim de conscientizar sobre a importância de preservar principalmente o patrimônio natural, conservar a biodiversidade dos ecossistemas da área e reduzir ao mínimo a poluição ambiental. Para isto se realizam caminhadas de interpretação na natureza e jogos dinâmicos e interativos.

Além disso, estão em andamento capacitações teórico-práticas vinculadas à interpretação da flora e da fauna ministradas a docentes, prestadores de serviços turísticos, educadores ambientais, paisagistas, estudantes de gestão ambiental, etc., tanto da cidade de Gualeguaychú, quanto de outras cidades vizinhas.

A difusão que se realiza também através de materiais gráficos, web sites, meios audiovisuais, televisivos, exposições e férias possibilita estender a tarefa de sensibilização para um maior conhecimento e cuidado do local.

Em São Miguel das Missões não existem programas para criar e educar a consciência sobre a importância da sustentabilidade. Os programas enfatizam a questão histórica, e educativa. Os aspectos vinculados a questão ambiental não aparecem nos programas do IPHAN. No

momento, inicia-se um trabalho do Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente junto ao poder público municipal e o IPHAN no sentido de criar um programa de proteção ambiental do sítio.

-O critério de **prevenção da exploração** não se aplica em nenhum dos locais sendo que não se tem percebido situações que promovam a tomada de ações neste sentido.

-No caso da Reserva Natural Las Piedras o critério de **apoio à comunidade** não se aplica já que não existe um programa de contribuições ou doações para ações de preservação e cuidado do local.

Em São Miguel das Missões o município incentiva as empresas a instalarem-se no município no sentido de oportunizar emprego e renda a comunidade e infraestrutura ao turista. Os custos para manter o sítio são de responsabilidade do IPHAN. A comunidade indígena, por sua vez, recebe auxílios governamentais por parte da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e de outros programas sociais dirigidos a comunidade indígena brasileira.

-O critério de **apoio para empreendimentos locais e de comércio justo** não se aplica em nenhum dos locais.

**SEÇÃO C: Otimizar os benefícios às comunidades, aos visitantes e ao patrimônio cultural e atenuar os impactos negativos*

-Sobre a **proteção de atrativos**, na Reserva Natural Las Piedras não existe uma política e/ou sistema de avaliação, reabilitação e conservação dos atrativos naturais e culturais.

Em São Miguel das Missões o patrimônio cultural material representado pelas ruínas da catedral está protegido, mas o patrimônio cultural imaterial não é contemplado com estratégias efetivas de preservação.

-A respeito do **gerenciamento de visitantes** a Reserva Natural Las Piedras não possui um sistema ou conjunto de medidas para preservar e/ou proteger os bens naturais e/ou culturais do local.

No caso de São Miguel existe uma sistemática de acesso ao sítio e fiscalização do comportamento dos visitantes e comunidade local.

-Nos dois locais de estudo existem **diretrizes sobre o comportamento adequado dos visitantes**.

Na Reserva Natural Las Piedras se realiza através da comunicação pessoal por parte do responsável encarregado do local.

Em São Miguel das Missões estão disponíveis por meio de orientações dirigidas aos turistas antes de entrarem no sítio por meio de “palestras”, bem como através de cartazes de orientação disponíveis em vários locais do sítio, indicando necessidade de limpeza, silêncio, ausência de flashes em máquinas fotográficas, etc.

-O critério de **proteção do patrimônio cultural** com base na legislação que proteja a venda ou comércio, e/ou a exibição de objetos históricos e/ou arqueológicos, não se aplica ao caso da Reserva Natural Las Piedras.

Mas no Caso de São Miguel das Missões existe regulação pública sobre a venda e/ou comércio e/ou a exposição de artefatos e/ou objetos arqueológico-históricos. Tanto legislação federal e municipal busca proteger o patrimônio histórico-cultural.

-A respeito das ações de informação e **interpretação do local**, na Reserva Natural Las Piedras se oferecem visitas guiadas, onde além da informação sobre os atrativos naturais e culturais do local, realizam-se atividades de experimentação e contato dos visitantes com a natureza.

Em São Miguel das Missões existem sistemas de fone com áudios de orientação em vários idiomas. O roteiro informa o turista no sítio, situando-o acerca das edificações históricas, acervo de museu e história do lugar.

Também existe um espetáculo de som e luz que permite aos visitantes acompanhar a história de criação e queda da Missão Jesuítica, através de textos narrativos e show de luzes projetadas nas edificações, permitindo ao turista conhecer e interpretar a importância histórica y cultural do sítio.

-O critério sobre **proteção da propriedade intelectual** não se aplica ao caso da Reserva Natural Las Piedras.

Em São Miguel das Missões o IPHAN faz o reconhecimento e tombamento do patrimônio tanto material quanto imaterial. Além do sítio, e acervo de museu, o IPHAN está em um recente processo de reconhecimento do Patrimônio Imaterial dos Guarani, que conclamam o sítio, como “Tava”, lugar sagrado, onde viveram e foram enterrados os antepassados indígenas.

**SEÇÃO D: Otimizar os benefícios para o meio ambiente e atenuar os impactos negativos*

-Em relação ao critério de **identificação e prevenção de riscos ambientais**, no caso da Reserva Natural se identificaram os seguintes: caça e pesca furtiva, extração de madeira, presença de animais domésticos, espécies invasoras e enchentes. A prevenção na Reserva Natural é dada pela ação do responsável encarregado.

Em São Miguel das Missões o uso de agroquímicos nas lavouras de soja do entorno do sítio tem impactos violentos sobre o sítio e sobre os recursos naturais.

-A respeito dos critérios referidos à **proteção de entornos sensíveis, programas de proteção da vida selvagem, sistemas de monitoramento e minimização de gases de efeito estufa, programas de conservação da energia, gestão da água, fornecimento de água encanada, monitoramento da qualidade da água, gerenciamento e disposição de águas residuais, minimização da poluição lumínica e/ou acústica**, nenhum dos locais desenvolve e emprega programas específicos a respeito.

-Mesmo assim existem algumas iniciativas na linha dos **aspectos ambientais**. Por exemplo, no caso da Reserva Natural Las Piedras, pode-se verificar que as novas instalações que estão sendo construídas assume a preocupação ambiental: os sanitários serão dotados de

biofiltros com a finalidade de dar cumprimento à Portaria Municipal Nº 11.531/10, que estabelece que todos os empreendimentos costeiros dentro do ejido devem possuir um sistema de **tratamentos de efluentes ecológicos** ou estarem conectados à rede de esgotos municipal.

A respeito da **redução de resíduos**, o encarregado da Reserva tem como atividade reduzir, reutilizar ou reciclar os resíduos, além de desenvolver ações de conscientização nos visitantes para que levem os seus próprios resíduos do local. Sobre o **transporte de baixo impacto** é preciso salientar que a visita dentro do prédio se realiza a pé, e alguns visitantes acedem pelo rio de caiaque (embarcações sem motor).

Em São Miguel das Missões existe a preocupação dos órgãos ambientais em relação a qualidade da água, devido ao uso intensivo de agroquímicos pelas lavouras no entorno do sítio, portanto são realizadas análises freqüentes. Também faz parte da preocupação com a dimensão ambiental a proteção das nascentes e o destino dos resíduos sólidos.

6. Recomendações finais

6.1. Recomendações para a Reserva Natural Las Piedras

No caso da Reserva Natural Las Piedras é necessário avançar em uma gestão participativa da reserva, que inclua a observação e o levantamento sistemático do patrimônio natural e cultural, e evolui-se para a elaboração e implementação de um plano de gerenciamento com participação da comunidade local.

Sendo ainda incipiente a afluência de visitantes à Reserva é possível trabalhar na minimização de certos impactos negativos que se produzam a partir do turismo e o lazer. Como ações positivas podem se mencionar a existência de uma normativa municipal sobre estudos de impacto ambiental, assim como de cursos gestão ambiental e na hotelaria da universidade local. Contudo, resulta promissora a existência de orientadores em patrimônio natural e ecoturismo por meio de capacitações de cursinhos ministrados pela UADER, e de intérpretes da natureza, curso implementado pela Direção de Ambiente Municipal e Aves Argentinas.

Por outro lado, é de vital importância dotar à Reserva Natural Las Piedras dos serviços e infraestruturas necessários para receber visitantes, incluindo pessoas com deficiências.

Também resulta necessário otimizar os benefícios sociais e econômicos para a comunidade local, gerando maiores oportunidades de trabalho e emprego, assim como de acesso à Reserva por parte de todos os vizinhos, focando na população estudantil e nos atores diretamente vinculados à atividade turística.

Figura 18 - Reserva Natural Las Piedras



Fonte: Foto de Ricardo Rivollier, disponível em <http://laspiedrasgchu.blogspot.com.ar/>

Sugere-se incentivar uma política de proteção do local com um conjunto de medidas que possibilitem preservar e proteger os bens naturais e culturais do lugar.

Finalmente, é preciso avançar na redução dos riscos ambientais identificados na reserva, tais como a caça e a pesca furtiva, extração de madeira, presença de animais domésticos, espécies invasoras e enchentes; e ampliar o olhar a outras questões como a gestão da água, programas de conservação da energia e minimização de gases de efeito estufa.

6.2. Recomendações para São Miguel das Missões

Em relação a organização para uma gestão sustentável eficaz se percebe a necessidade de uma melhor articulação entre os agentes públicos em torno de um projeto de desenvolvimento do turismo no território missões. Desta forma evita-se a desarticulação das estratégias desenvolvidas pelas diferentes municipalidades e as esferas estadual e federal de governo; esta articulação pode ser realizada a partir do consórcio regional hoje já existente.

Também é importante a consolidação do Conselho Municipal de Turismo de São Miguel das Missões como esfera de discussão e planejamento das ações a serem efetivadas pelo poder público municipal em conjunto com os demais agentes como o IPHAM, o IBRAM e o IBAMA, além de envolver a iniciativa privada.

Em relação aos benefícios sociais e econômicos para a comunidade local existe uma necessidade de desenvolver estratégia de educação patrimonial junto às escolas e a comunidade, visando estimular a valorização do patrimônio histórico-cultural material e imaterial relativo ao processo de constituição e desconstituição das missões jesuítico-guarani.

Figura 19 - Ruínas da Redução Jesuítica de São Miguel Arcanjo



Fonte: Arquivos da Pesquisa, NEPAL-S-UFMS, 2014.

Também é necessária a definição de normas de utilização do sítio arqueológico, envolvendo uma melhor interação do IPHAM (gestor do sítio) com a comunidade local.

É importante envolver no planejamento do processo turístico as lideranças Guarani, dando visibilidade e relevância ao patrimônio Imaterial hoje pouco explorado.

Em relação à maximização de benefícios à comunidade e aos visitantes sugere-se constituir um processo de divulgação do patrimônio histórico-cultural material e imaterial, definindo-se normas de comportamento dos visitantes. Também desenvolver estratégias de atração de investimentos privados enfocando a área hoteleira e gastronômica.

Sobre aos benefícios em relação ao meio-ambiente, buscar disciplinar as ações em relação aos recursos naturais, evitando a perda de qualidade dos recursos hídricos pelo uso intensivo de agroquímicos e a má gestão dos resíduos sólidos.

Anexo I – Reunião de pesquisadores da rede na Argentina

Síntese das atividades realizadas na Argentina durante a Fase 2 do projeto.

- *Encontro de apresentação de pesquisadores USAL e UADER (Argentina) e UFSM (Brasil) em Buenos Aires e em Entre Ríos*



- *Visita de campo à Reserva Natural Las Piedras com o acompanhamento do Responsável da Reserva, Alfredo Galli*



- *Visita ao establecimiento rural e reserva natural privada La Serena del Gualayán com o acompanhamento do administrador do lugar, Pablo Níssero*



- *Visita de campo à reserva natural municipal Parque Florístico, localizada no Parque Unzué, com o acompanhamento do Diretor de Espaços Verdes da Prefeitura de Gualeguaychú, Eng. Emilio Montefinale*



- *Apresentação do projeto à comunidade, Hotel Aguay, Gualeguaychú, Estado de Entre Ríos*



Bibliografia

-Bibliografia - Projeto geral

Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Ficha de Evaluación para la Sostenibilidad de Proyectos. Disponível em: <http://www.iadb.org/tourismscorecard/index.cfm?lang=es>

Global Sustainable Tourism Council (GSTC) (2013). Criterios Globales de Turismo Sostenible para Destinos. Disponível em: <http://www.gstcouncil.org/en/docs/file/401-spanish-criteria-for-destinations.html>

Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva (MINCYT) (2012). Argentina Innovadora 2020. Plan Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación. Lineamientos estratégicos 2012-2015. Disponível em: <http://www.mincyt.gob.ar/adjuntos/archivos/000/022/0000022576.pdf>

Ministerio de Turismo (MINTUR) (2011). Plan Federal de Turismo Sustentable. Actualización 2011. Turismo 2020. Disponível em: <http://siet.desarrolloturistico.gov.ar/recursos/documentos/SubDoc/fd217bc5b686d951cdc21ec84792279335f7f055.pdf>

Programa de las Naciones Unidas (PNUMA) (2012). Río + 20 – Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible, Documento final “El futuro que queremos”, Río de Janeiro, Brasil. Disponível em: https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216-l-1_spanish.pdf.pdf

Organización Internacional del Trabajo – Centro Internacional de Formación (OIT-CIF) (2012). “Diagnóstico y planificación estratégica, ejes centrales de una política local de turismo sostenible”, en: Turismo Sostenible y Desarrollo Local, Programa Delnet, Centro Internacional de Formación, Organización Internacional del Trabajo, Turín.

___ (2012), “El turismo como actividad económica local. Conceptos esenciales”, en: Turismo Sostenible y Desarrollo Local, Programa Delnet de Apoyo al Desarrollo Local, Turín, Italia, 78 pp.

Organización Mundial del Turismo (OMT) (2011). Tourism and Sustainability. Disponível em: <http://dtxqtq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/docpdf/sustainability.pdf>

___(2010) Tourism and the Millenium Development Goals, Madrid. Disponível em: <http://www.unwto.org/tourism&mdgseazine/>

___ Definición de Turismo Sostenible. Disponível em: <http://sdt.unwto.org/es/content/definicion>

— (1999a), Agenda para Planificadores Locales: Turismo Sostenible y Gestión Municipal, Edición para América Latina y El Caribe, Madrid, España.

— (1999b), Guía para Administraciones Locales: Desarrollo turístico sostenible, Madrid, España.

Organización Mundial del Turismo - Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente – Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (OMT-PNUMA-UICN) (2003). Turismo sostenible en áreas protegidas: Directrices de planificación y gestión, Madrid.

Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA) (2011). Hacia una economía verde. Guía para el desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza. Síntesis para los encargados de la formulación de políticas, St-Martin-Bellevue, Francia. Disponible em: http://www.unep.org/greenconomy/Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_sp.pdf

Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente - Organización Mundial del Turismo (PNUMA/OMT) (2005). Making Tourism more Sustainable. A Guide for Policy Makers. United Nations Environment Programme y World Tourism Organization.

Secretaría de Turismo - Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable (2005). Playas y Balnearios de Calidad: Gestión Turística y Ambiental. Directrices y Guía de Autoevaluación, Buenos Aires. Disponible em: http://2016.turismo.gov.ar/wp_turismo/wp-content/uploads/2008/02/directrices-de-playas-y-balnearios1.pdf

United Nations Environment Programme (UNEP) (2011). “Tourism. Investing in energy and resource efficiency”, en Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication. Ed. UNEP/GRID-Arendal. Disponible em: http://www.unep.org/greenconomy/Portals/88/documents/ger/ger_final_dec_2011/Green%20EconomyReport_Final_Dec2011.pdf

-Bibliografía Reserva Natural Las Piedras

Aves Argentinas (2009). Lista de las Aves de la Estancia y Reserva El Potrero de San Lorenzo. AA/AOP, Buenos Aires.

Badaracco, V. A. (2012). Diagnóstico Ambiental de la Provincia de Entre Ríos. CFI. Buenos Aires.

Barrios, D.F. (2003). Parque Natural Las Piedras, Cap. 8 en: Curso Guías Ambientales. Inf. Inéd. Plan Estratégico Gualeguaychú. Entre Ríos.

CARU. Comisión Administradora del Río Uruguay. (2010). Peces del río Uruguay. Guía ilustrada de las especies más comunes del río Uruguay inferior y el embalse de Salto Grande. (Reedición 2010).

CARU. Comisión Administradora del Río Uruguay (2009). Aves del río Uruguay. Guía ilustrada de las especies del bajo río Uruguay y el embalse de Salto Grande.

Chebez, J. C. (2005). Guía de las Reservas Naturales de la Argentina, Nordeste. 1° edición, Albatros, Buenos Aires.

Chemin, M. (1992). Geografía elemental de Entre Ríos. MC Ediciones. Paraná.

Consejo General de Educación (CGE) (2010). La educación ambiental en Entre Ríos. Estrategias y perspectivas. 1° ed. Paraná, Entre Ríos.

Di Giacomo, A. S. (editor). (2005). Áreas importantes para la conservación de las aves en Argentina. Sitios prioritarios para la conservación de la biodiversidad. Temas de Naturaleza y Conservación 5: 1-514. En Aves Argentinas/Asociación Ornitológica del Plata, Buenos Aires. Disponible em: www.avesargentinas.org/cs/conservacion/aicas/home.html

Erize, F. (1993). Los parques nacionales de la Argentina y otras de sus áreas naturales. El Ateneo. Madrid.

Martínez, C.S., Ayarragary, M., Kauffman, P.J. y J.M. Chiardola (2008). Mapa de Eco-regiones, Biodiversidad y Áreas Protegidas de Entre Ríos. Programa provincial de Educación Ambiental, Dirección de Planeamiento Educativo, Consejo General de Educación de Entre Ríos; Departamento de Hidrología y Ordenamiento de Cuencas, Dirección de Hidráulica de Entre Ríos.

Merida, E., Bodrati, G., Bodrati, A., Pérez, A., Nuñez Bustos, E. (2012). ANP Malabrigo. Listados de fauna registrada. Disponible em: www.reservamalabrigo.com.ar

Montefinale, E. (2003). Cap. 7. Flora. En: Curso Guías Ambientales. Plan Estratégico Gualeguaychú. Gchú. Entre Ríos. Inédito.

Olivera, D. y Lossada, M. (2012). Relevamiento faunístico Reserva Natural Senderos del Monte. Informe I campaña de verano 12 al 15 de enero 2012 e Informe II.

Programa de Conservación de Murciélagos de Argentina (PCMA) (2012). Clasificación de murciélagos. Disponible em: www.pcma.com.ar

Plan Estratégico Gualeguaychú (2003). El Diario del Plan – Ecoturismo. Gualeguaychú.

Reserva El Potrero (2011). Guía de campo. Compilado por Ramón Moller Jensen, coordinado por Azul García Uriburu. 1° ed. Buenos Aires.

Rodríguez, G. O. (1999). Área Natural Protegida Las Piedras. Disponible em: www.patrimonionatural.com/html/provincias/entrierios/laspiedras/descripcion.asp

Sarrot, N. (1993). El indio de nuestra zona... La zona de nuestro indio. En Cuadernos de Gualeguaychú. Cuaderno N° 14. Disponible em: www.cuadernosdegchu.com.ar/cuadernos/cuaderno014.htm#titulo02

Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación (2007). Primer inventario nacional de bosques nativos: informe regional espinal, segunda parte. 1° ed. Buenos Aires. Disponible em: http://www.ambiente.gov.ar/archivos/web/UMSEF/File/PINBN/ESP/2da_etapa/esp_inform_e_2etp_pinbn.pdf

Takáts, A. (2014). Reservas naturales de Gualaguaychú. Dirección de Ambiente y Desarrollo Sustentable de Gualaguaychú y UADER. Universidad Autónoma de Entre Ríos. Facultad de Ciencias de la Gestión. Sede Gualaguaychú. Inédito.

Toselli, C.; Godoy, A. (2011) “Aplicación de directrices de calidad para la gestión y uso turístico de balnearios y playas. Estudio de caso: Gualaguaychú”. En Revista El Periplo Sustentable, Nro. 20, Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, México. Disponible en: http://www.uaemex.mx/plin/psus/periplo20/articulo_04.pdf

** Web sites consultados*

Areas Naturales Protegidas de Gualaguaychú. www.reservasgchu.blogspot.com.ar

Balneario Fiorini. 2014. www.campingfiorini.blogspot.com.ar

Balneario Los Pinos. 2014. www.gualaguaychu.tur.ar/web/guest/gualaguaychues-playas

Consejo Mixto Gualaguaychú Turismo. 2014. www.gualaguaychu.tur.ar

Dirección de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Municipalidad de Gualaguaychú. 2014. www.reservasgchu.com.ar

Dirección de Hidráulica. 2014. Cuenca del río Uruguay y cuenca del río Gualaguaychú. www.hidraulica.gob.ar

Gobierno de la provincia de Entre Ríos. 2014-2015. <http://www.entrerios.gov.ar/dec/paginas/censoercont.html> y <http://www.entrerios.gov.ar/dec/paginas/municipios.html>

Gualaguaychú Aventura. 2014. www.gchuaventura.com.ar

INDEC. 2010. Censo de población de Entre Ríos. 2014. www.censo2010.indec.gov.ar/preliminares/cuadro_entrerios.asp

Litoral Aventura. 2014. www.vivigualaguaychu.com.ar y www.litoralaventura.com.ar

Ministerio de Turismo de Entre Ríos. 2014. www.unatierradiferente.com

Municipalidad de Gualaguaychú. 2014. www.gualaguaychu.gov.ar

Municipalidad de Pueblo General Belgrano. 2012. www.pueblogeneralbelgrano.gov.ar

Pura Vida Ecoaventura. 2014. www.puravidaecoaventura.com.ar

Reserva Natural Las Piedras. 2014. <http://laspiedrasgchu.blogspot.com.ar/>

Reserva Senderos del Monte. 2014. www.senderosdelmonte.com.ar

Servicio Meteorológico Nacional. 2012. Climogramas.www.smn.gov.ar

** Comunicação pessoal*

Almeida, Raúl (2014). Presidente do Centro de Estudos Arqueológicos do Museu Arqueológico Manuel Almeida.

Galli, Alfredo (2014). Responsável da Reserva Natural Las Piedras, Departamento de Ambiente y Desenvolvimento Sustentável, Municipalidade de Gualeguaychú.

Godoy, Fabián (2014). Presidente do Concelho Gualeguaychú Turismo y Secretário de Turismo de Gualeguaychú.

-Bibliografia São Miguel das Missões

Comas, C.E. (org). Lucio Costa e as Missões: *Um Museu em São Miguel* (2007). PROPAR/UFRGS: IPHAN. Deyon, P. O Mercantilismo. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1973. Do Original WILSON, C. Mercantilism. The Historical Association. London. 1958.

DEYON, P. (1958). O Mercantilismo. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1973. Do Original WILSON, C. Mercantilism. The Historical Association, London.

Flores, M. (1996). Dicionário de Historia do Brasil. Ed. PUCRS, Porto Alegre, 167 p.

Golin, L. C. (2002). A fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. L&PM editores: Porto Alegre.

IBGE (2013) citado em Plano Municipal de gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Miguel das Missões RS. 2012.

IPHAN - Instituto Do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (2014). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/> (Acesso em: 8 dez. 2014).

Neto, M. (2012). A Utopia Possível – Missões jesuíticas em Guairá, Itatim e Tapes. 1509 – 1767, e seu suporte econômico–ecológico. Ed. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, DF.

Lugon, C. (2010). A República Guarani. Ed. Expressão Popular, São Paulo.

MEC/FAE (1981). Trabalhando com Mapas – Livro do professor. São Paulo, Ed. Bom Livro, Figura mapa dos Sete Povos das Missões.

Mogi Das Cruzes (1945). "Nos tempos do racionamento da farinha", Jornalista Franciso José Arouche Ornelas (Chico Ornelas) Crônica publicada no Diário de Mogi, edição de 26 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.odiaridomogi.inf.br/colunistas/co.asp>

Nascimento, A. O.; Oliveira, M.I. A. (2009). Bens e Riquezas das Missões. Ed. Martins Livreiro, Porto Alegre, RS.

Nascimento; A. (1998) citado em "O espaço platino e sua perspectiva como região", Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional, UPF, Passo Fundo, 2011.

Oliveira, M. O. (2013). Identidade e Interculturalidade – historia e arte guarani. Ed. UFSM, Santa Maria, RS, 280 p.

Porto, A. (1954). História das Missões Orientais do Uruguai – Primeira parte. Porto Alegre: Livraria SEILBACH, Volume 3.

Quevedo, J.; Tamaquis J. C. (1999). Rio Grande do Sul: Aspectos da Historia. 6.Ed. Martins Livreiro, Porto Alegre.

Sodré, N. W. (1976). Formação Histórica do Brasil. Ed. Brasiliense, São Paulo.

Venturini, S. (2009). O índio nas Missões. *Antes durante e depois dos jítas*. Ed. Martins Livreiro, Porto Alegre.

Viera, C. M. N.; Souza, N. M. (2004). O enfrentamento entre indígenas e o colonialismo luso-espanhol no Itatim (1630-1659). Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP- UNICAMP, Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

**PROJETO DE FORTALECIMENTO DE REDES
INTERUNIVERSITÁRIAS VII**

Ministério da Educação da Nação, Argentina
Secretaría de Políticas Universitarias

